

Rosana Lima Rodrigues

**MUITO ALÉM DO GRANDE BOM JARDIM:  
ALCANCES E LIMITES DA GERAÇÃO DE RENDA ATRAVÉS DA ECONOMIA  
SOLIDÁRIA – A EXPERIÊNCIA DAS TRABALHADORAS DA SOLIDU.**

Dissertação de Mestrado em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, sob orientação da Professor Dr. Elísio Guerreiro Estanque, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, com o Apoio do Programa ALBAN – Programa de bolsas de alto nível da União Europeia para a América Latina.







Rosana Lima Rodrigues

**MUITO ALÉM DO GRANDE BOM JARDIM: ALCANCES E LIMITES DA GERAÇÃO DE RENDA ATRAVÉS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA - A EXPERIÊNCIA DAS TRABALHADORAS DA SOLIDU.**

Dissertação de Mestrado em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, sob orientação do Professor Dr. Elísio Guerreiro Estanque apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, com o Apoio do Programa ALBAN – Programa de bolsas de alto nível da União Europeia para a América Latina.



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

*“Na modernidade tardia, o acesso aos meios de auto-realização torna-se em si mesmo um dos focos dominantes da divisão de classes e da distribuição das desigualdades em geral.”*

*Anthony Giddens*

*Dedico este trabalho a minha família,  
Aos meus pais Francisco Chagas e Francisca Valdelice.  
Ao meu filho Henrique,  
E em especial a amiga Sonya Brandão, pelos  
momentos de apoio e cumplicidade nessa cidade encantadora  
que é Coimbra.*

## **SUMÁRIO**

<b>RESUMO.....</b>	<b>6</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: UM BREVE PANORAMA NO ÂMBITO NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL .....	17
<b>CAPÍTULO II</b>	
GRANDE BOM JARDIM: INFRAESTRUTURA E CONDIÇÕES DE VIDA EM UMA ÁREA PERIFÉRICA.....	27
<b>CAPÍTULO II.I</b>	
ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ALTERNATIVA RUMO AO BOM VIVER.....	33
<b>CAPÍTULO III</b>	
SOLIART – CONFECCIONANDO COM ARTE E SOLIDARIEDADE: MULHERES GERANDO RENDA ATRAVÉS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	47
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>66</b>
<b>ANEXOS</b>	

## RESUMO

Este trabalho tem como objectivo geral, a análise da experiência de geração de renda, através dos princípios da Economia Solidária, protagonizada por um grupo de mulheres que integram a Organização Granja Portugal Solidária – SOLIDU, mais precisamente o Grupo Produtivo denominado SOLIART, pertencente a esta Associação. Produzindo artesanato de forma colectiva, essas trabalhadoras têm no seu trabalho não somente a produção de mercadorias, mas tentam fazer dele também um gerador de novas sociabilidades que se diferenciem das práticas encontradas no mercado de trabalho tal como se encontram estruturados pelo capitalismo vigente. São moradoras de um bairro chamado Granja Portugal, situado na periferia da cidade de Fortaleza, no Nordeste do Brasil, vivem em precárias condições de infra-estrutura básica urbana. A maioria da população deste bairro enquadra-se na categoria de trabalhadores de baixa renda, sendo também detentor dos mais elevados indicadores de exclusão social. Esta experiência inclui-se nas diversas práticas associativas que tiveram um considerável crescimento no Brasil nos últimos dez anos, não somente como uma alternativa concreta de geração de renda, mediante o actual contexto do desemprego estrutural porque passa o mercado de trabalho, mas que também traz em si uma tentativa de resgatar a centralidade do trabalho na vida dos sujeitos através de soluções colectivas e que se propõe a se contrapor ao individualismo reinante onde cada trabalhador é responsabilizado pelo seu sucesso e/ou fracasso na inserção e permanência no mercado de trabalho.

Palavras chaves: desenvolvimento local, Economia Solidária, geração de renda.

## ABSTRACT

This work has the broad purpose of the analysis of the experience of generating income through the principles of Economic Development, led by a group of women in the Granja Portugal Solidary Organization - SOLIDU, more accurately called the Productive Group SOLIART belonging to this Association. Producing handicrafts collectively, these workers have in their work not only the production of goods but also try to make it a generator of new social arrangements that are distinct from the practices found in the labor market as they are structured by capitalism force. They are living in a neighborhood called Granja Portugal, situated on the outskirts of Fortaleza, in northeastern Brazil, living in precarious conditions of basic urban infrastructure. Most of the population of this district falls into the category of low-income workers, is also holder of the highest indicators of social exclusion. This experience is included in the various associated practices that had a considerable growth in Brazil over the past ten years, not only as a real alternative for income generation through the current context of structural unemployment is because the labor market, but also brings itself an attempt to rescue the centrality of work in the lives of individuals through collective solutions and aims to counteract the prevailing individualism where each employee is responsible for its success and / or failure to insert and stay in the labor market.

**KEYWORDS:** local development, economic solidarity, income generation.



## INTRODUÇÃO

Desde o início da graduação me senti mobilizada a investigar o protagonismo das populações carentes na busca por inserção no mundo de trabalho cada vez mais excludente, como atestam os crescentes índices de desemprego e informalidade laboral. Minha passagem de dois anos como técnica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE também contribuiu para o despertar de um interesse por este tema. Com meu ingresso no curso de Ciências Sociais, procurei aprimorar meus conhecimentos na área me tornando membro do Laboratório de Trabalho e Economia Solidária – TRECOS / GPDU (Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano), vinculado a Universidade Estadual do Ceará – UECE. O GPDU, fundado em 1998, é formado por professores e alunos que fazem parte do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará. Seu objectivo é o de pesquisar os bairros da cidade de Fortaleza.

Logo que ingressei no GPDU, em meados de 2003, fui convidada a participar de uma “pesquisa-ação ou pesquisa-processo” chamada Diagnóstico Sócio – Participativo do Grande Bom Jardim (DSPGBJ) elaborada juntamente com a comunidade. Esta área, chamada de Grande Bom Jardim é formada por cinco bairros a saber: Canindezinho, Siqueira, Granja Portugal, Granja Lisboa e Bom Jardim, com uma população residente de 175.144 pessoas (Censo Demográfico IBGE – 2000) se caracterizando como uma das áreas mais pobres da cidade de Fortaleza. Este Diagnóstico foi encomendado pelo Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza – CDVHS, que actua dentre outras frentes, na promoção e fortalecimento das acções de Economia Solidária junto à Rede de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim que é formada por diversas instituições da sociedade civil. Esta instituição leva o nome de um importante sociólogo brasileiro, já falecido, que no anos 90 liderou um movimento chamado “Acção da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, de grande repercussão nacional. Pode-se afirmar que o CDVHS é uma das organizações da sociedade civil do

Grande Bom Jardim mais actantes e representativas das reivindicações por melhorias de vida da população que mora no Grande Bom Jardim. É ela também a principal responsável pela mobilização da Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim, chamada de REDE DELIS.

Foi no intuito do fortalecimento das demandas da REDE DELIS, que o CDVHS encomendou ao GPDU o Diagnóstico Sócio – Participativo do Grande Bom Jardim (DSPGBJ). Durante a elaboração da pesquisa e a execução do Diagnóstico teve-se como meta a produção do conhecimento conjunto a partir do encontro entre o “saber popular (comunidade) e o saber técnico (universidade)”, e que pudesse ao final da pesquisa, uma vez conhecidas as condições gerais da comunidade do Grande Bom Jardim, garantir um retorno do conhecimento produzido para a população pesquisada. Desta forma a população poderia vir a ser subsidiada com dados concretos sobre sua realidade produzidos por ela, em parceria com os pesquisadores do GPDU, na busca de resoluções dos principais problemas da comunidade. O que poderia vir a lhe ajudar tanto no planeamento de acções colectivas, quanto nas suas reivindicações perante os órgãos públicos do estado.

A seguir, um breve resumo da metodologia da elaboração do DSPGBJ, que viria a despertar em mim um interesse em pesquisar de forma mais aprofundada uma experiência de geração de renda por alguns actores sociais pertencentes a comunidade do Grande Bom Jardim.

“Na abordagem qualitativa foram utilizados procedimentos como entrevistas individuais e Grupos Focais com moradores dos bairros do GBJ, visando a reconstituição da história oral local; visitas a instituições governamentais e não governamentais locais; uso da Estrada do Jatobá – Granja Lisboa observação participante e da “etnografia rua-a-rua”<sup>1</sup> como recurso para a descrição minuciosa dos equipamentos sócio-

---

<sup>1</sup> “Esta prática metodológica é aqui denominada de *etnografia rua-a-rua*, constituída por informações descritivas dos aspectos estruturais de cada rua existente no bairro, e de informações qualitativas colhidas pela observação do pesquisador e por depoimentos dos moradores locais. A riqueza desta abordagem se fará presente na análise preliminar tanto dos aspectos estruturais do bairro, quanto no que se refere à abordagem das representações dos moradores sobre a sua realidade cotidiana.” ( GPDU/UECE, 2004 : p. 13)

culturais, económicos, políticos e religiosos dos cinco bairros considerados, bem como para apreender os significados que lhes são atribuídos pelos grupos sociais locais. Também se buscou captar as percepções dos moradores e de **suas formas de criatividade cotidiana como tácticas de afirmação social e de reprodução da vida material e simbólica** (sublinhado nosso). Na abordagem quantitativa, foi utilizada como fonte de pesquisa os dados censitários do IBGE e de outras fontes estatísticas. Conjugada a estas, foi efectivada uma pesquisa domiciliar, com a aplicação de 1.324 questionários, em todo o GBJ.” (GPDU/UECE, 2004: p. 13)

Acho importante ressaltar também, que além de minha participação neste Diagnóstico, tive oportunidade de participar como pesquisadora de campo de um estudo realizado pelo Centro de Treinamento e Desenvolvimento da Universidade Federal do Ceará (CETREDE/UFC), financiado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que buscava conhecer os “**Pontos luminosos do mercado de trabalho na Região Nordeste do Brasil**”. Este estudo teve por finalidade identificar acções de geração de trabalho e renda com resultados positivos no Nordeste do Brasil, e que não fossem, necessariamente, vinculadas ao mercado formal, tão pouco a iniciativas de ONGs, mas, sobretudo, que se caracterizasse como formas criativas que as comunidades carentes encontravam para se inserirem no mercado do trabalho.

Esta experiência foi igualmente importante, inclusive para a compreensão e percepção de que iniciativas de geração de renda provenientes de acções produtivas informais, que eu havia encontrado semelhantes na área do Grande Bom Jardim, existem também em várias outras localidades, com realidades similares em termos de vulnerabilidade social, denotando um perfil do mundo do trabalho contemporâneo no Brasil e especificamente no estado do Ceará, onde o local busca sobreviver a fenómenos globais como a exclusão do mercado formal de trabalho.

Estas duas importantes experiências académicas me pôs em contacto com os moradores e lideranças do Grande Bom Jardim, gente com escassos recursos materiais, sua luta diárias por melhores condições de vida para sua população, suas estratégias de sobrevivência em meio a uma pobreza que salta aos olhos, bem como o contacto com outros trabalhadores, moradores de outros lugares da região Nordeste. Esses contactos me sensibilizaram para ampliar o olhar sobre uma experiência concreta de geração de renda e observar mais de perto de que forma acções colectivas podem vir a mudar uma realidade de exclusão social.

É dentro desse contexto que tomei conhecimento da SOLIDU, Organização Granja Portugal Solidária, situada na região do Grande Bom Jardim. Muito embora não esteja presente no seu nome, mas trata-se de uma associação de moradores do bairro Granja Portugal, já citado como um dos cinco bairro que compreendem o chamado Grande Bom Jardim. A SOLIDU desenvolve um projecto chamado SOLIART, ou como é chamado por seus integrantes GRUPO SOLIDART (o nome faz uma alusão as palavras *solidariedade* e *arte*. Será este projecto o objecto de presente estudo e no qual procuraremos analisar as propostas da SOLIART enquanto empreendimento baseado na Economia Solidária, seus alcances, limitações e expectativas na construção de uma alternativa de geração de renda para as mulheres que a integram.

Procurei investigar até que ponto há uma efectiva participação e interferência das mulheres que integram a SOLIDU na natureza das acções/actividades de Economia Solidária implantadas no projecto SOLIART, pela SOLIDU. Sempre levando em conta a perspectiva de inserção da SOLIDU na realidade actual do mercado de trabalho brasileiro, e mais especificamente, no mercado de trabalho da cidade de Fortaleza, e de que forma a Economia Solidária se apresenta como uma possível alternativa para aqueles que se encontram excluídos do contexto do mercado “formal” de trabalho e em que suas práticas se diferenciam. E muito embora trate-se de uma actividade inclusa na chamada sector informal de actividade económica, e que tanto maculam as estatísticas da crise do emprego formal, busquei investigar quais os ganhos efectivos e “*afectivos*” em termos de melhoria de qualidade de vida, auto-estima, e na construção de novas sociabilidades, que um empreendimento baseado na chamada Economia Solidária, pode trazer para seus integrantes.

Compreendo existir uma conexão entre o espaço local, área de actuação da SOLIDU no presente contexto da pesquisa, e o espaço macro que abrange determinadas tendências em curso no âmbito da economia globalizada e das redes de acção que se projectam como alternativas à “mundialização do capital”. Conforme Chesnais “é na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações” (Chesnais, 1996 : p.15), mas sabemos que a própria forma de geração de riqueza no actual contexto capitalista, é ela própria o factor gerador da miséria para milhões de pessoas em todo o mundo que passam ao largo de desfrutar os benefícios dos avanços em diversos campos do progresso tecnológico. Destaco ainda que o desafio quanto aos aspectos metodológicos da pesquisa, me levou no sentido de uma sociologia compreensiva que buscasse a compreensão da inserção dos sujeitos e da sua situação no actual contexto do mercado de trabalho, a partir da estrutura social em que se inserem.

Este trabalho buscou construir uma reflexão sobre o papel desses sujeitos sociais, no contexto da crise do mundo do trabalho, tendo como base a possibilidade de se gerar uma outra forma de se organizar e produzir colectivamente e suas consequentes novas formas de inserção social no contextos a quem pertencem. Neste sentido não proponho aqui tão-somente uma abordagem interpretativa, pois tentei destacar a importância da interpretação qualitativa revelada pela fala dos sujeitos sociais abordados. É uma área de investigação que instiga no campo das ciências sociais por tentar responder a uma demanda que exige soluções práticas de reintegração ao mercado de trabalho de grande contingente populacional dele excluído, no actual contexto do capitalismo mundial, tendo em vista que o desemprego é um dos principais desafios aos estados nacionais na contemporaneidade e que tem levado inclusive a sociedade civil organizada a também fazer face a esse desafio.

## OBJECTIVOS

### Objetivo Geral

Avaliar o Projecto SOLIART, pertencente a SOLIDU, Associação Granja Portugal Solidária, enquanto proposta de uma alternativa viável de geração de renda para seus participantes, baseando nos princípios da Economia Solidária.

### Objectivos específicos

- a) Traçar o contexto do actual mercado de trabalho, dando ênfase para o mercado de trabalho no Brasil e quais os sentidos que as integrantes do projecto SOLIDART tem sobre esse contexto.
- b) Conhecer quais as motivações que levam essas trabalhadoras a se organizarem para trabalhar de forma colectiva.
- c) Compreender de que maneira essas trabalhadoras percebem a relação entre seu papel no trabalho que optaram por desenvolver e a relação com a família.
- e) Diagnosticar, através das entrevistas dos membros da SOLIDU, quais são os alcances e limitações de um projecto que se pretende baseado na economia solidária, inserido que está dentro do presente contexto do mercado de trabalho.
- f) Identificar se há uma relação em termos de auto-estima e participação em um projecto desenvolvido colectivamente, e se isso propicia uma maior inserção na vida da comunidade.

## METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos foram:

I – A realização da pesquisa de campo se deu na Sede da Associação Granja Portugal Solidária – SOLIDU, no Grande Bom Jardim. Foram entrevistadas 4 pessoas, sendo três mulheres integrantes do Grupo SOLIART, chamado pelas próprias integrantes de grupo produtivo da SOLIDU, que produz artesanato, e um director dos directores da SOLIDU.

II – Organização de colecta de dados na forma de observação não participante e entrevista semi-estruturada e realização de entrevistas em profundidade.

III – Os dados foram analisados a partir de uma categorização das entrevistas realizadas.

Essa dissertação está organizada em 3 capítulos. No Capítulo I será exposto um breve panorama do mercado de trabalho brasileiro na contemporaneidade, com o enfoque para o mercado de trabalho da cidade de Fortaleza, onde se deu a pesquisa, expondo um breve panorama das principais características desse mercado de trabalho, com destaque para a predominância do emprego informal, proporcionando dessa forma uma melhor contextualização dos objectivos do presente estudo.

No Capítulo II o enfoque será dado para a contextualização da área do conglomerado urbano chamado Grande Bom Jardim (GBJ) onde se localiza a SOLIDU (Associação Granja Portugal Solidária), e que abriga o projecto SOLIART, no Bairro Granja Portugal, um dos cinco bairros que integram o GBJ. Trata-se de uma área periférica desprovida de infra-estrutura urbana na cidade de Fortaleza, onde é mais explícita e visível a ausência do estado em termos de investimentos em saúde, educação e saneamento básico, o que torna ainda maiores os desafios da geração de renda de seu contingente populacional.

Trataremos também neste capítulo da Economia Solidária no Brasil, incluindo as iniciativas governamentais no primeiro e segundo governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, no âmbito das políticas públicas adoptadas para o fomento do emprego, com destaque para o mapeamento da Economia Solidária no Brasil e a implantação do Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES).

No Capítulo III, é dado um destaque maior para as entrevistas realizadas com alguns integrantes da SOLIDU, aos olhos da Economia Solidária como proposta de geração de renda e criação de melhorias das condições e qualidade de vida dos seus membros. Através das suas falas tentaremos abordar até que ponto a Economia Solidária responde localmente aos desafios da geração de renda de forma a mobilizar seus pares, inclusos que estão na chamada sociedade civil organizada, para a dinâmica dos movimentos sociais, para o exercício da solidariedade, para a luta contra o sofrimento social oriundo das dificuldades de inserção no mercado de trabalho, de forma a enfrentar os desafios presentes no seu actual contexto de distribuição da mão de obra. Trataremos também neste capítulo do protagonismo das mulheres frente principal projecto desenvolvido pela SOLIDU, que é o projecto SOLIART. Porém, muito embora a mulher enquanto género possua especificidades e desafios peculiares no contexto do mercado de trabalho e de protagonismo na Economia Solidária, não foi abordado de forma aprofundada a questão relacionada ao género no presente trabalho.

Por fim, nas Considerações Finais, tendo a clareza de que a Economia Solidária não se apresenta como um modelo revolucionário que visa por fim ao sistema capitalista, conforme podemos observar no decorrer da pesquisa, mas que inserido nele enfrenta seus desafios e tenta sobreviver e manter-se como um projecto objectivo de alternativa de geração de renda.

Analisaremos até que ponto essas pessoas reunidas em torno da SOLIDU, conseguem, em suas práticas de trabalho e convívio, por efectivamente em prática os preceitos da “Economia Solidária”. Como enfrentam seus desafios através da concretização de laços de confiança, forjando identidades comuns, enfrentando as



dificuldades próprias à dinâmica da circulação das mercadorias produzidas por elas e cujo objectivo é supostamente não somente o lucro, mas também e igualmente importante, as práticas do “bom viver” e uma nova solidariedade que se quer presente no engajamento colectivo pela sobrevivência diária das populações carentes.

Ressaltamos ainda que no decorrer dos capítulos será feito o diálogo com as narrativas dos entrevistados, de forma a aproximar o contexto do objecto da pesquisa, e a análise sociológica.

## CAPITULO I

### **O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: UM BREVE PANORAMA NO ÂMBITO MUNICIPAL, ESTADUAL E NACIONAL.**

No contexto de uma economia globalizada e diante dos avanços tecnológicos, muito se tem discutido e publicado sobre as questões relacionadas à categoria Trabalho no mundo capitalista contemporâneo. Os debates giram, sobretudo em torno do desemprego crescente em diversas partes do mundo, a diminuição do emprego formal, a precarização do trabalho e ainda a centralização do Trabalho em nossas vidas. Um dos principais factores causadores do desemprego apontado por diversos autores tem sido o avanço tecnológico, que trouxe consigo a destruição de vários postos de trabalho, muito embora também tenha criado outras tantas funções no mercado de trabalho até então inexistentes. Este avanço fez também desaparecer, ou quando não “aposentar” determinadas actividades, algumas delas exercidas há séculos e vêm expondo outras à insegurança do mercado de trabalho informal. Mas isso não se dá de forma homogénea em todos os perfis de actividades. Trata-se portanto de uma realidade complexa que permite diversos ângulos de abordagem.

Concordamos com Fitoussi e Rosavallon quanto estes apontam que o surgimento de “novas desigualdades” nos revelam que “descrever as desigualdades modernas é no fundo narrar a transformação social.” (Fitoussi e Rosavallon, 1997 : p. 51). Mas julgamos que muito embora essas novas desigualdades tenham características comuns em diferentes lugares do mundo, e uma das mais visíveis é a precarização do trabalho em escala mundial, as realidades locais nos obrigam a analisar suas particularidades. Logo a transformação social não se dá de forma homogénea devendo portanto cada realidade nacional, regional e local ser abordada a partir dela própria. Como exemplo da diferença entre sociedades distintas podemos citar, ainda estes autores, que ao abordarem o caso da sociedade francesa informam que os franceses podem até tolerar as “*diferenças em relação a sorte do vizinho, porque elas se inscrevem numa evolução dinâmica que leva à antecipação de que tais diferenças serão, na sua média,*

*compensadas – , podem tornar-se intoleráveis se os membros da sociedade tomarem consciência de um pôr em causa do próprio princípio de igualdade.”* (Fitoussi e Rosavallon, 1997 : p. 47). Ora, tal análise para uma realidade como a da sociedade brasileira, não caberia. Concordamos com Moreira, quando este afirma que a desigualdade social no Brasil seja talvez “a mais importante das forças estruturantes de nossa sociabilidade.” (Moreira, 2004 : p. 116) Desconhecemos um período vivido que pudéssemos denominá-lo de “bem-estar social” nos moldes de muitos países europeus. A profundidade de nossas desigualdades é, ainda hoje, alarmante em termos estatísticos no que diz respeito a qualidade de vida da maioria de nosso povo. E há muito que a população brasileira convive com essa realidade sendo o “princípio de desigualdade” o mais flagrante de todos o que faz com que, segundo Moreira (2004), faz com que ricos e pobres, indistintamente, no Brasil em comparação com alguns países seleccionados, têm padrões difusos, mas igualitaristas, de justiça distributiva, e julguem injusta e desigual essa justiça na nossa sociedade, e atribuam tão somente ao governo o poder de resolver diversas desigualdades.

Muito embora não tenhamos a exacta medida dessas desigualdades e sequer as análises estatísticas conseguirem actualmente dar conta dessa nova realidade, conforme Fitoussi e Rosavallon (1997), pretendemos focar a seguir, através de dados estatísticos, um breve panorama da realidade do mercado de trabalho na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará e do Brasil, para desta forma expor o que há de comum entre as instâncias local, estadual e nacional. Através dele podemos perceber que o mercado de trabalho em instâncias distintas caminham rumo a uma “nova tendência” de ocupações de postos de trabalho predominantemente informais e em sua maioria no sector serviços da economia.

No caso do Ceará, segundo o IBGE<sup>2</sup> 56,80% da população é considerada pobre. De uma população de 8.097.276 habitantes 4,57 milhões recebem até R\$ 154,36 por mês. Sendo que a renda mensal do homem cearense em conformidade com o resto do Brasil é superior a da mulher: homem – R\$ 376,00 (376 reais, aprox. 120 euros) / mulher – R\$ 233,00 (233 reais, aprox. 80 euros). Temos ainda 12,55% das crianças entre 5 e 15 anos no trabalho infantil. Para o ano de 2005 a População

---

<sup>2</sup> IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD/2005).

Economicamente Activa (PEA) no Ceará era de 4.093.280 pessoas e segundo o IPECE o número de empregos formais no mesmo ano era de 920,2 mil, ou seja, apenas 22,4% da PEC no Ceará possuíam vínculo formal de emprego.

Em sua abordagem sobre o desemprego tecnológico, também conhecido como desemprego estrutural, Bastos avalia que “(...) *as inovações tecnológicas podem ser responsáveis pela redução do emprego na medida em que elas representam racionalização dos processos produtivos e aumento da produtividade do trabalho, sem que haja necessária contrapartida em termos de incremento da demanda do trabalho* (Bastos, 2000: p.51)”

Embora seja inegável que o avanço tecnológico trouxe e traz vantagens para a qualidade de vida de uma parcela dos seres humanos é importante, e quase redundante, lembrar que as principais benesses da tecnologia, sobretudo relacionadas à qualidade de vida e à saúde em particular, se encontram mais próximas sobremaneira no cotidiano de quem pode pagar por elas e assim desfrutá-las em sua totalidade dos avanços em diversas áreas. Levando em consideração, é claro, a quantidade de pessoas na linha de pobreza ou abaixo dela, ainda existentes aos milhões no Brasil e no mundo. Ainda segundo Bastos “(...) *constata-se nas economias capitalistas, uma redução da participação da agricultura e da indústria no emprego total e conseqüentemente, uma elevação da participação do sector terciário no emprego* (Bastos, 2000: p.53)”. Isto se verifica de forma acentuada nos países mais industrializados. Segundo Pochmann (1999) o progresso técnico avançou na direcção de expulsar o homem do campo e de geração de ocupação nos sectores da indústria e serviços. Observa-se mais claramente essa tendência através da Tabela a seguir, onde ficam claras as transformações nas sociedades industrializadas no intervalo de aproximadamente um século.

**Estrutura ocupacional em países e  
anos seleccionados (% do emprego total)**

País	Agricultura				Indústria				Serviços			
	1870	1920	1960	1995	1870	1920	1960	1995	1870	1920	1960	1995
Alemanha	49,5	33,5	13,8	3,0	28,7	38,9	48,2	37,0	21,8	27,6	38,0	60,0
EUA	50,0	28,9	8,0	2,7	24,4	32,9	32,3	24,1	25,6	38,2	59,7	73,2
França	49,2	43,6	21,4	5,1	27,8	29,7	36,2	27,7	23,0	26,7	42,4	67,2
Inglaterra	22,7	14,2	4,1	2,2	42,3	42,2	47,8	26,2	35,0	43,6	48,1	71,6
Japão	72,6	56,4	30,2	5,9	-	19,6	28,5	34,3	-	24,0	41,3	59,8

Fonte: OCDE, Quarterly Labour Force Statistics, vários anos;

Maddison, 1984; Mattoso, 1995. <sup>3</sup>

No caso do Brasil a década de 80 é tida por Porchamnn (1999) como aquela que inicia a distinção na trajetória do mercado de trabalho no Brasil. O intervalo entre as décadas de 30 e 70 é apontado pelo autor como o período onde se deu a estruturação do mercado de trabalho brasileiro. É na década de 90 que Pochmann aponta os indícios de uma desestruturação do mercado de trabalho de forma mais clara, com a “*redução do assalariamento com registo e de expansão do desemprego e de ocupações não organizadas* (Porchamnn, 1999 : p. 65)”. De cada dez ocupações geradas com registo entre as décadas de 40 e 80, oito delas eram assalariadas, sete com registo e uma sem registo. Esse movimento de estruturação do mercado de trabalho brasileiro foi fruto da “*implementação e consolidação do projecto de industrialização nacional*”, isto conjuntamente com a difusão das normas previstas pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT) através do decreto-lei n° 5.452, de 1° de Maio de 1943, sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas.

---

<sup>3</sup> In: POCHMANN, Marcio. O trabalho sob Fogo Cruzado. Editora Contexto, 1999.

Hoje no Brasil, segundo a última PNAD/IBGE, 53,4 % dos brasileiros trabalham na informalidade, sem carteira assinada, e estão à margem dos seguintes direitos trabalhistas: não gozam de férias, descanso remunerado, décimo terceiro salário, pagamento de hora extra, licenças maternidade e paternidade e, em caso de demissão, aviso prévio de 30 dias, permissão para sacar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e ainda de 40% sobre o fundo, além do seguro-desemprego. Ainda segundo o IBGE aqueles que trabalham com garantias da CLT representam hoje 31,1% em todo o país.

O Ministério do Trabalho e do Emprego (MET) informa os dados relacionados a emprego e renda por município tendo limitados os resultados a um mínimo de 2.500 empregos formais distribuídos em todos os sectores da economia. Caso o município disponha de número inferior a esse por sector lemos a seguinte mensagem no site do MTE: “o município X tem menos de 2.500 empregos, de modo que somente a agregação de todos os sectores pode ser visualizada”<sup>4</sup>.

No município de Fortaleza foi realizada no ano de 2007, por técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Económico (SDE) – órgão da prefeitura, uma pesquisa relativa ao mercado de trabalho formal da cidade intitulada: *Fortaleza e o Emprego Formal*. Esta pesquisa, diferente dos dados produzidos pelo MTE, por apresentar resultados por bairros e aí está o seu mérito. Uma pesquisa com tal característica, onde uma lupa é colocada para ser observada, no nível micro, a realidade do mercado de trabalho de uma cidade, pode e deve ser repetida como experiência. Pois a distribuição diferenciada de postos de trabalho dentro da realidade de uma cidade nos aponta suas desigualdades porque passam sua população internamente, sobretudo em uma metrópole como Fortaleza, cuja população é superior a dois milhões de habitantes. Conhecer mais de perto essas diferenças pode levar o poder público, inclusive a sociedade civil, a intervir de uma forma mais direccionada para minorar as desigualdades localizadas por áreas. Inclusive mobilizando as diversas instâncias e

---

<sup>4</sup> In: <http://www.mte.gov.br/geral/estatisticas.asp#rais>

lideranças locais. Claro está que isso se dará se, e somente se, esta for usada a contento e respeitando os dados produzidos pela realidade local de cada bairro.

Fortaleza conta com uma população de 2.141.402 de habitantes segundo o Censo realizado pelo IBGE no ano 2000. Para o censo de 1980 a sua população contabilizava 1.307.608 habitantes. Ou seja, o salto populacional da cidade em vinte anos foi de quase 1 milhão de pessoas. Possui um total de 144 bairros que são distribuídos em seis Secretarias Executivas Regionais.

Segundo esta pesquisa os empregos formais encontram-se apenas em 66 bairros. Ao todo são **496.545** pessoas inseridas no **sector formal** em um total de **33.818** estabelecimentos. Sendo **89.264** pessoas ocupadas vinculadas ao sector **Comércio**, distribuídas em **14.191** estabelecimentos e no sector **Serviços** são **189.126** pessoas distribuídas em **13.408** estabelecimentos. Observa-se que prevalecem em Fortaleza os empregos vinculados às actividades de Comércio e de Serviços. Os autores consideram inexpressivas os postos de trabalhos formais gerados pela Indústria, Construção Civil, Administração Pública, Agropecuária, Extractiva Vegetal, Caça e Pesca.

Portanto seguindo a tendência do Estado do Ceará e a tendência nacional, na actual conjuntura do mercado de trabalho na cidade de Fortaleza, se repetem as consequências das novas tendências do trabalho e do emprego. Apesar do número superior de estabelecimentos do Sector Comércio o destaque para o emprego formal nesta cidade é para o sector **Serviços, que predomina em 63,16%** dos bairros contra apenas **13,14%** do sector **Comércio**.

Lembramos novamente que a informalidade ainda é uma das consequências mais visíveis da nova estruturação do mercado de trabalho também na capital do estado do Ceará. Em Fortaleza, incluindo a região metropolitana, apenas **31,9% dos que trabalham** detêm as garantias da **CLT** contra **18,3%** no Estado do Ceará.

O sector serviços e a informalidade parecem caminhar lado a lado conforme tentamos demonstrar nesse breve panorama do mercado de trabalho neste caso, cidade-Fortaleza, estado-Ceará e nação-Brasil. Muito embora o Governo de Luís Inácio Lula da Silva venha conseguindo gerar um número de posto de trabalhos com carteira

assinada superior a gestão anterior, este fato não muda a tendência que caracteriza o mercado de trabalho no Brasil, pois como mostramos acima o número de trabalhadores no sector serviços e na informalidade é uma realidade inegável.

Esta tendência de algumas décadas para cá é mundial pois conforme Ricardo Antunes “*nos EUA esse contingente (de trabalhadores do sector serviços) ultrapassa a casa dos 70%, tendência que se assemelha ao Reino Unido, França, Alemanha, bem como às principais economias capitalistas.*” Ainda conforme Antunes, “*essa absorção de força de trabalho pelo sector de serviços possibilitou um significativo incremento dos assalariados médios no sindicalismo, o que, entretanto não foi suficiente para compensar as perdas de densidade sindical nos pólos industriais. Mas significou um forte contingente de assalariados na nova configuração da classe trabalhadora.*” (Antunes, 1999 : p. 111 - 112)

Urich Beck (2000), em sua análise sobre a precariedade do trabalho em tempos de globalização, chama de “brasilianização” ao fenómeno da crescente informalidade nas relações laborais e conseqüentemente a insegurança em termos de garantias jurídicas a que está sujeita a classe trabalhadora no Brasil:

“En un país semiindustrializado como Brasil, los trabajadores com empleo a tiempo completo representan solo una minoria respecto a la gran masa de los economicamente activos. La mayoría vive en unas condiciones laborales precárias. Abundan los vendedores ambulantes, los pequeños comerciantes y los pequeños artesanos, que se ofrecen como asistentes domésticos de toda suerte, o los “nómadas laborales” que se mueven entre los campos de actividad más variados. (Beck, 2000: p.9) .

Para este autor Beck, houve um considerável incremento na década de 90 dos empregos precários e informais, trabalhos que são insuficientemente valorizados com relação a produtividade, segurança social e também protecção jurídica.



“(…) la tasa del trabajo autónomo y doméstico subió de un 40% en 1980 a aproximadamente un 57% en 1995, mientras que, paralelamente, la ocupación en el sector público cayó de un 15’7% a un 13% y en las grandes empresas privadas de un 44% a un 31%. Así, de cada cien empleos que se crearon entre 1990 y 1994, 81 fueron a parar al sector informal y a la pequeña empresa.” ( Beck, 2000: p. 108).

Uma tal realidade do mercado de trabalho, ou seja, a desindustrialização seguida de uma redução do emprego assalariado formal, leva-nos a constatar que essa mudança não parece ser temporária, ao contrário, veio para ficar e nos obriga a pensar como soluções para as consequências da precarização do trabalho novas formas de luta que parecem ainda se desenhar. O que constitui um desafio para a “classe-que-vive-do-trabalho” (denominação de Ricardo Antunes) que se vê confrontada no quotidiano das subjectividades a ter de adaptar-se à insegurança da informalidade ao mesmo tempo em que é compelida a “integrar-se” nas novas formas de ocupação, que exclui sobretudo os jovens sem experiência de trabalho e os adultos acima de quarenta anos. É, portanto, extremamente reveladora a afirmação de Oliveira quando enfatiza que *“no sistema capitalista de produção, a produção não se faz em função da satisfação das necessidades humanas, mas em função da própria valorização infinita do capital: a natureza, o homem, tudo está em função do capital e de sua lógica.”*(Oliveira, 1991 : p.53)

No contexto da globalização o carácter transnacional do capitalismo actual, muito embora tornem semelhantes suas mazelas em diversas partes do globo, tem no nacional e no local o seu maior desafio de superação, dada as diferentes configurações regionais dos países, sua dinâmica política, seu povo e sua cultura. As consequências dessa nova reestruturação do mercado de trabalho tem sido inclusive uma das principais pautas da agenda política em todo mundo, sendo responsável pela aprovação

ou desaprovação do desempenho dos governos por parte de sua população, a maneira com estes combatem com êxito ou não o desemprego em seus territórios nacionais.

Michael Burawoy, afirma que “globalization is not a single ideology but a constellation of ideologies that becomes a terrain of struggle.” (Burawoy, 2000 : p. 342). Este autor se contrapõe aos “céticos” e aos “radicais” que, segundo ele, teorizam sobre a globalização a partir de uma visão simplista das ideologias e da história. De acordo com Burawoy (2000) afirma que nós criamos concepções sobre a globalização de acordo com o “lugar” em que nos situamos no globo. Concordamos com este autor quando ele destaca a importância de se pensar o global a partir das características do local, e vice e versa, e de como se dá no local as influências da chamada globalização para dessa maneira podermos compreender mais profundamente seus impactos. Portanto, ainda conforme Burawoy *“it had to be a vision that identified what was new about globalization against the skeptics, but without surrendering to the totalizing mode of the radicals. It need to be a visions that acknowledged limits imposed by globalization but also identified spaces from which those limits could be challenged or negotiated.”* (Burawoy, 2000 : p. 343) Novas formas de produção das mercadorias em função das novas tecnologias, bem como novas formas de gestão, são exemplos dos impactos causados em diversos lugares do mundo pela globalização no contexto actual do mercado de trabalho, e tem como uma de suas principais consequências o desemprego. Faz-se portanto necessário, que acreditemos que a globalização é um processo do qual nós participamos como sujeitos activos, que da mesma forma que fecha oportunidades, abre outras, e não necessariamente uma força inexorável que nos imobiliza. Aí está a importância das dinâmicas locais para se contraporem aos efeitos maléficos da globalização, e certamente cada lugar tem um dinâmica própria para fazê-lo.

Ao investigar aspectos da sociabilidade brasileira Adalberto Moreira (2004) obteve um surpreendente resultado quanto ao optimismo dos pobres no Brasil com relação ao seu futuro. Segundo Moreira *“parte substancial dos pobres brasileiros nutre fortes esperanças de que estará em melhor situação daqui a dez anos do que está hoje. Nada menos que 50% dos que acreditam ter melhorado de vida nos últimos anos acham que vão melhorar mais no futuro. Somados aos que esperam, no mínimo, manter a posição,*

*chegamos a 83% entre os pobres. E significativos 65% dos que pioraram de situação recentemente acham que vão melhorar na próxima década.*” (Moreira, 2004 : p. 169). Tal resultado de uma pesquisa como essa demonstra que a cultura de um povo pode reagir diferentemente aos impactos maléficos causados pelo capitalismo excludente. Portanto, o factor cultura deve igualmente ser levado em conta quando da análise das vulnerabilidades a que estão submetidos os povos.

No caso de um país como o Brasil, que continua a estampar vergonhosos índices de desigualdades sociais, esse “optimismo” da população pobre pode também vir a ser um elemento que subverta a ordem económica desigual, se capitaneado politicamente para tal, ou ao menos que seja capaz de impulsionar soluções “localizadas” que minorem seus efeitos maléficos dessas desigualdades.

É nesse presente contexto de distribuição de renda e organização do mercado de trabalho que se insere a SOLIDU e é nele que seus integrantes munidos de práticas e objectivos ditos solidários, tentam modificar e melhorar sua condição de trabalhadores de baixa renda.

## **CAPITULO II**

### **GRANDE BOM JARDIM: INFRAESTRUTURA E CONDIÇÕES DE VIDA EM UMA ÁREA PERIFÉRICA.**

O conglomerado urbano chamado Grande Bom Jardim (doravante chamado GBJ), composto pelos Bairros Siqueira, Canindezinho, Bom Jardim, Granja Lisboa e Granja Portugal, sendo neste último onde funciona o projecto SOLIARD, principal projecto em andamento da SOLIDU, localiza-se na periferia da cidade de Fortaleza é densamente povoado em uma área urbana cujas características podem ser descritas da seguinte forma: boa parte das de suas ruas ainda não são asfaltadas, algumas inclusive bastante esburacadas, os transportes urbanos (autocarros) e os chamados transportes alternativos (carrinhas) são insuficientes e de qualidade inferior aos que circulam em outros bairros considerados de classe média, observa-se esgostos a céu aberto, e também uma grande quantidade de terrenos baldios onde quase sempre usados como depósitos de lixo por parte da população.

De acordo com Santiago, o GBJ, nas primeiras décadas do século XX, era uma região tipicamente rural, ocupada por grandes propriedades agrícolas privadas tendo sua população se estabelecido no local a partir de fluxos migratórios nas décadas de 1950/1960, em fazendas de criação de gado e agricultura de subsistência. Ainda de acordo com Santiago, há indícios de que uma população indígena e seus descendentes habitassem a região uma vez que o trabalho de artesanato feitos com barro e amêndoas de coco são bastante presentes nos bairros Siqueira e Granja Portugal. Conforme veremos a seguir, entre os produtos mais comercializados pela SOLIDU, localizada no bairro Granja Portugal e objecto de nosso estudo, o artesanato ocupa um lugar de destaque.

Os loteamentos da região datam da década de 50, nesse período ocorrendo também fluxos migratórios do interior do estado e da zona do litoral. Na década de

70, momento de considerável crescimento urbano da cidade de Fortaleza, teve como característica uma expansão da população rumo às chamadas zonas periféricas, em busca do sonho da casa própria e um bom lugar para viver. Mas além da venda de terrenos e casas a preços mais populares por parte da Caixa Económica Federal, esse período foi também marcado por um forte contingente de invasões de terrenos para fins de moradia, com a activa participação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), movimentos vinculado a Igreja Católica, baseados na doutrina da Teologia da Libertação, cujo principal objetivo era a luta por melhorias das condições de vida das populações pobres e que teve uma forte presença nos movimentos sociais das décadas de 70 e 80, na luta contra a miséria, sobretudo na luta por uma moradia digna. Muitas das lideranças ainda hoje actuautes no GBJ são pessoas que tiveram activa participação em movimentos políticos vinculados à Igreja Católica.

De acordo com dados do Diagnóstico Sócio-participativo realizado no Grande Bom Jardim (doravante chamado DSPGBJ), (GPDU/CDVHS, 2003), 49,81% da população do GBJ são de pessoas oriundas de outros Bairros da periferia de Fortaleza. Ainda de acordo com o DSPGBJ uma considerável parcela da população são de moradores com menos de 10 anos de residência no local, cerca de 61.21%. Segundo o Censo/IBGE (2000), a população do Bom Jardim que era de 21.498 habitantes no ano de 1996 saltou para 34.507 habitantes no ano 2000. Um considerável aumento populacional em apenas 4 anos, aumento esse que não foi acompanhado por um acréscimo de melhorias de políticas públicas na infra-estrutura dos bairros.

A ausência do estado enquanto cumpridor de suas atribuições como escolas, creches, áreas de lazer, etc é algo que se constata de forma clara e gritante. Consideramos válida também para a realidade brasileira a análise de Loic Wacquant (2003), quando trata sobre o princípio que guia a acção pública americana. Segundo este autor, não é o fortalecimento dos laços de solidariedade o objectivo do estado quando se trata de intervenção nos lugares habitados pela população mais pobre e sim o princípio da compaixão, que não fortalecem os laços sociais mas apenas aliviam parcialmente a miséria do local. O que podemos constatar mais claramente nas palavras de segundo Santiago, quando ao descrever a paisagem urbana aonde vivem e convivem os moradores do GBJ:

“Os espaços de lazer do GBJ são de vital importância para os seus moradores, em particular os jovens. Dentre esses espaços convém registrar os terrenos baldios, áreas que, ao mesmo tempo em que são referenciadas e associadas a questões como segurança, violência, poluição ambiental, lixo e doenças, são também reconhecidas por seus habitantes como objecto de ocupação territorial para assegurar uma necessidade básica, vale dizer, o lazer. (SANTIAGO, 2008 :p. 130)

Num território como o GBJ, onde se percebe que as condições gerais de vida da população são precárias, não só nos aspectos económicos, mas também no que tange à segurança pública, ao saneamento básico – agravado, sobretudo, pelo desrespeito ao rio Maranguapinho/Siqueira, que serve de depósito de poluição e de sujeira a céu aberto – as condições gerais de saúde de seu povo não poderiam ser satisfatórias. Isso se traduz em extenso rol de doenças verificadas no GBJ, em geral consideradas “doenças da pobreza”. O bairro Granja Portugal acusa alta incidência de doenças como tuberculose, leptospirose e hanseníase. Quanto aos demais bairros, seguem a mesma tendência das principais doenças, quais sejam: gripes, viroses, dengues, micoses, diarreia e verminoses.” (SANTIAGO, 2008 : p.131).

De acordo com o IBGE (Censo, 2000) a população do GBJ é em torno de 175.144 habitantes, havendo um predomínio das mulheres, cerca de 51.21%, enquanto a população masculina é em torno de 48.79%. Em sua maioria predominam os jovens de 16 a 24 anos, perfazendo um total de 56.68% da população. Nesse sentido o DSPGBJ destaca esse fato como uma das principais causas para a urgência de políticas públicas nos bairros que venham a suprir as demandas por escolas, saúde e qualificação profissional para esse contingente populacional.

No que diz respeito a educação segundo o DSPGBJ 55,82% dos entrevistados afirmaram não possuir nenhuma qualificação profissional. Segundo dados do IBGE a cifra de analfabetos no GBJ é de 22,46%, superior a média da cidade de Fortaleza que é de 14,49%. Possuindo de estudado de 1 a 3 anos de escolaridade estão 42% dos chefes de família do GBJ. A infra-estrutura educacional existente nos bairros foi apontada pelos entrevistados no DSPGBJ como sendo o principal dentre os mais graves problemas existentes, cerca de 35,8%. As qualificações existentes e relatadas pela população entrevistada, segundo Santiago (p.130) “não tem relação directa com o grau de instrução e com o nível de renda, tais como: costureira, vigilante, pedreiro, digitadores, marceneiro, artesão, cozinheiro, faxineiro e qualificações ligadas ao comércio: vendedor, auxiliar de escritório, *office boy*, dentre outras.”.

Ao empreender um estudo no GBJ, sobre o revelador título de “empreender para sobreviver: acção económica dos empreendedores de pequeno porte”, Santiago (2008) revela que entre esses pequenos negócios empreendidos no Bairro da Granja Portugal, são em sua maioria negócios informais e que não alcançam o nível da acumulação simples, permanecendo quase todos na condição de sobrevivência através do improvisado, e cujos rendimentos de seus proprietários não vão além de um salário mínimo.

“Tais unidades comerciais se resumem à venda de cachaça e frango ou, simplesmente, de xilitos (biscoito de amido de milho), ovos e refrigerantes. É muito comum também, pequenas vendas de frutas, juntamente com a comercialização de cartões telefónicos e do Totolec (bingos eletrônicos da Loteria Estadual do Ceará), pequenos bares especializados na venda de bebidas, tira-gosto e jogo-do-bicho, venda de ferro velho e de sucata de eletrodomésticos, dentre outros”. (Santiago, 2008 : p. 141)

Abaixo seguem algumas fotos das estratégias de geração de renda por parte dos moradores dos Bairros do Grande Bom Jardim.



**Foto 1. Vendedor ambulante de desinfectante de fabrico manual**

**Fonte: DSPGBJ – (GPDU/UECE, 2004)**



**Foto 2. Vendedor ambulante de peixe com banca montada em frente a sua casa.**

**Fonte: DSPGBJ – (GPDU/UECE, 2004)**



**Foto 3. Placa na frente de uma casa indicando a venda de din-din (uma espécie de gelado feito manualmente.)**



**Fonte: DSPGBJ – (GPDU/UECE, 2004)**

Segundo dados do DSPGBJ (GPDU/UECE, 2004), no que diz respeito a ocupação do moradores a categoria de trabalhador autónomo foi a mais recorrente, ou seja, aquele que não possui nenhum vínculo formal de emprego (conforme podemos observar exemplos nas fotos anteriores) e portanto está fora dos benefícios sociais oriundo deste vínculo:

“... predominando as seguintes ocupações: pequenos comerciantes (20,96%), artesãos (12,58%), costureiras (10%), vendedores ambulantes (8,71%), faxineiras/diaristas (8,21%) e trabalhador da construção civil (6,45). Conforme se observa, são exemplos de profissões de suporte da pirâmide social, daí ser a faixa salarial predominante entre os trabalhadores entrevistados pelo GPDU de até 3 salários mínimos.” (GPDU/UECE, 2004)

Uma ocupação frequentemente mencionada foi a de dona de casa, que embora exercendo uma actividade laboral, não é computada como população activa para os dados do Ministério do Trabalho e do Emprego, ficando de fora das estatísticas oficiais que poderiam levar a políticas públicas mais eficientes de geração de renda que visassem essa população. (GPDU/UECE, 2004). Sendo a segunda maior ocupação registada pelo Diagnóstico, e sabendo-se que a maioria da população é feminina, percebe-se uma carência de ocupações remuneradas para esse contingente, de modo que elas possam continuar seus serviços domésticos e auferirem renda. Elas fazem parte daqueles trabalhadores que o IBGE identifica como população inactiva.

Ainda segundo Santiago (2008) um fato que chama a atenção nesse estudo e que tem relação directa com o protagonismo das mulheres nesse território marcado pela pobreza e falta de perspectivas. Quando perguntados sobre o que achavam da participação de suas mulheres em movimentos sociais existentes no Bairro, a maioria desses “pequenos empresários”, responderam que esse facto tratava-se de atitude de mulheres que “não tem o que fazer dentro de casa”. (Santiago, 2008 : p. 151). Essa resposta demonstra apenas um dos problemas que enfrentam as mulheres do Grande Bom Jardim, que na luta pela sobrevivência por melhorias em suas condições de vida, buscam formas alternativas de geração de renda, conforme poderemos observar mais claramente a seguir no Capítulo III.

## II. I

### **ECONOMIA SOLIDÁRIA – UMA ALTERNATIVA RUMO AO BOM VIVER.**

Transcrevemos abaixo as palavras de um dos mais autores mais otimistas em se tratando de Economia Solidária no Brasil, chama-se Euclides André Mance. Mance (2008), assim resumiu uma interessante definição de Economia Solidária extraída da I Conferência Nacional de Economia Solidária realizada no Brasil em junho de 2006, com 1.703 delegados eleitos em plenárias realizadas em todos os estados do Brasil. A seguir destacamos os principais pontos:

#### **Valores**

A Economia Solidária se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica como sujeito e finalidade de actividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital.

#### **Educação Solidária**

A Economia Solidária exige uma educação solidária que transforme a mentalidade cultural dominante da competição para a construção do espírito de cooperação, além do desenvolvimento de uma matriz científica e tecnológica que esteja comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário.

#### **Direitos e Responsabilidades**

A Economia Solidária é, pois, um modo de organizar a produção, distribuição e consumo, que tem por base a igualdade de direitos e responsabilidades de todos os participantes dos empreendimentos econômicos solidários. (Mance, 2008 . III)

A SOLIDU, *Organização Granja Portugal Solidária*, e que abriga o Projecto SOLIDART, objecto dessa pesquisa, localiza-se na Região conhecida como Grande Bom Jardim, na periferia da cidade de Fortaleza. Conforme caracterizamos anteriormente no Capítulo I, trata-se de em uma área urbana cuja parte considerável da população em idade activa se insere na categoria de autónomo, exercendo em sua grande maioria profissões típicas do mercado de trabalho informal de baixa remuneração. Insere-se no contexto do mercado de trabalho da cidade de Fortaleza, cidade esta localizada na região Nordeste do Brasil, detentora dos mais baixos índices de qualidade de vida do país. Sendo também uma região da cidade conhecida por suas lideranças e articulações políticas na luta contra a pobreza fruto de décadas de crescimento urbano desordenado e da ausência de políticas públicas comum a várias periferias espalhadas por todo o Brasil.

A SOLIDU possui uma inserção e actuação em diversos outros movimentos políticos voltados para o chamado “*bem viver*”, que busca a melhoria das condições do bairro Granja Portugal, e também outros movimentos sociais levados a cabo pela sociedade civil organizada tais como: “*a organização do Grito dos Excluídos, Ato do 1º de Maio, Dia Nacional da Juventude, Dia Internacional das Mulheres, a Luta pela Escola de 2º Grau, Campanha Contra a Violência, pela Matrícula Escolar, Divulgação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)*”, conforme lê-se no site da própria SOLIDU.

No entanto o foco no presente trabalho será dado para o Projecto SOLIART, considerado o principal projecto de geração de renda em andamento por esta orgazinação. Trata-se de um projecto surgido a partir de uma parceria entre a SOLIDU e a Secretaria do Desenvolvimento Economico da Prefeitura (SDE), vinculada a Prefeitura Municipal de Fortaleza, que articula 35 produtores locais na área de confecção e artesanato, onde, através desta Secretaria, a Prefeitura fornece capacitação e treinamento para a produção e comercialização dos produtos.

É possível observar-se na página da SOLIDU na WEB, na sua apresentação enquanto associação comunitária, a presença de uma certa “identidade” e “consciência” de sua condição política e social no contexto da cidade de Fortaleza, onde lê-se o seguinte e breve histórico:

A Organização Granja Portugal Solidária – SOLIDU, surgiu em 2001 como resultado dos vários processos de articulação do movimento popular; debates sobre a socioeconomia e empreendedorismo Solidário, 1ª Semana de Cidadania, entre outros. Compreendida como uma estratégia para o fortalecimento das lutas do movimento e as ações de inclusão social, tendo como eixo de atuação o desenvolvimento local, a geração de trabalho e renda, bem como um novo processo de cultura e educação popular, que revitalize o tecido social da comunidade. Localizada no bairro Granja Portugal periferia de Fortaleza, com 37.369 habitantes (IBGE – 2000), a SOLIDU é parte da Região denominada, Grande Bom Jardim, com população que somada a da Granja Portugal é de 179.000,00 habitantes, região esta que revela com maior profundidade as desigualdades produzidas pelas ausências das políticas públicas de desenvolvimento. Ao mesmo tempo temos vivenciado várias experiências de desenvolvimento local fomentado pelos agentes da região potencializando o resgate do tecido socioeconômico das comunidades, sendo este projeto uma das estratégias de consolidar o processo de empoderamento e desenvolvimento local com foco na geração de trabalho e renda. A SOLIDU integra ainda a Rede Cearense de Economia Solidária e da Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim.<sup>5</sup>

Após esse breve panorama acerca das condições objectivas de vida a que são sujeitos os moradores do chamado GBJ, expostos no capítulo anterior, podemos afirmar que o contexto de pobreza leva a que os desafios de ajustamento e inserção diante da “novas” mudanças a que está sujeito o mercado de trabalho seja ainda mais

---

<sup>5</sup> Extraído do site da Associação: <http://solidu.wordpress.com/sobre/>

penoso para a população mais pobre, aquela cuja presença da violência urbana e a renda baixa as confinam a um modo de vida, e porque não dizer sobrevivência, ainda mais penoso no contexto da urbe.

Se as pessoas pertencentes aos sectores intermediários da sociedade, outrora membros da classe operária tradicional, conforme nos alerta Sennett (2007), temem ser “deslocadas, afastadas ou subaproveitadas” diante de um futuro onde não persiste mais uma promessa de segurança no mercado de trabalho, é de se esperar que o futuro seja ainda menos promissor para aqueles que no contexto da classe trabalhadora brasileira ocupam os postos de mais baixa remuneração e retiram sua sobrevivência diária do chamado mercado de trabalho informal.

“No Brasil, já se verificava, ao final da década de 80, uma queda do emprego com carteira assinada, aumento do número de trabalhadores sem carteira assinada<sup>6</sup> e de trabalhadores autônomos, dando origem a uma expansão do sector informal. Já em 1990, o país tinha 48% de pessoas empregadas no sector formal e 52% no sector informal. Ou seja, naquele ano, para cada 10 ocupações geradas apenas duas foram assalariadas, sendo quase cinco por conta própria e três de ocupações sem remuneração. Entre 1986 e 1998, nas regiões metropolitanas, o emprego assalariado com carteira teve uma redução de 4%, e o número de trabalhadores por conta própria aumentou em 61%.”  
(Kraychete apud Cruz, 2006: 128-129)

Este mercado informal cresce como resultado do aumento do desemprego, do aumento dos trabalhadores sem registo, e do aumento do contingente dos trabalhadores que trabalham por conta própria. Isso leva a que uma quantidade cada vez maior da população activa busque formas alternativas de ocupações. Nesse sentido a chamada Economia Solidária, ganha expressão e força no contexto de flexibilidade do

---

<sup>6</sup> Sem o chamado contrato de trabalho, ou seja, sem o registo na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, que substituiu a carteira profissional e foi criada pelo decreto-lei n.º 926, de 10 de outubro de 1969. A CTPS contém informações sobre a qualificação e a vida profissional do trabalhador e anotações sobre sua filiação ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS. (Fonte: <http://www.mte.gov.br/ctps/historico.asp>)

mercado de trabalho, como uma alternativa concreta de geração de renda e diante do crescimento do desemprego em todo mundo e mais ousadamente como um modelo de desenvolvimento alternativo que vai de encontro ao primado do lucro e do individualismo ainda reinantes nas actuais formas como se organizou e se consolidou o regime capitalista no mundo.

As diversas manifestações de solidariedade social tem acompanhado “as transformações que se foram operando ao nível do processo de regulação quer das relações sócio-económicas, quer do sistema de ajuda social”, já presentes desde o período medieval. (Mouro, 2001: 28-29).

As novas formas de solidariedade presentes no contexto de discussão teórico e nas experiências estudadas baseadas na Economia Solidária, dá ênfase para o facto de que essas iniciativas pretender ser não tão somente uma alternativa concreta à geração de renda e sobrevivência dentro do actual contexto capitalista, mas que vai além e se propõe a ser, e implementar novas solidariedades, que deixem de lado o primado do individualismo típico do capitalismo, e onde os sujeitos passem a buscar formas colectivas de acção e produção, e tomadas de decisões em conjunto que tenha como objectivo o bem estar e o chamado bom viver. Nas palavras de Gaigner (2005),

“Essas iniciativas económicas representam uma opção ponderável para os segmentos sociais de baixa renda, fortemente atingidos pelo quadro de desocupação estrutural e pelo empobrecimento. Estudos a respeito, em diferentes contextos nacionais, indicam que tais iniciativas, de tímida reacção à perda do trabalho e a condições extremas de subalternidade, estão convertendo-se em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda, por vezes alcançando níveis de desempenho que as habilitam a permanecerem no mercado, com razoáveis perspectivas de sobrevivência”.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> *Economia solidária* nº 1, 17 de janeiro de 2005.  
[http://www.pfilosofia.xpg.com.br/08\\_economia\\_solidaria/20050117a.htm](http://www.pfilosofia.xpg.com.br/08_economia_solidaria/20050117a.htm)

Segundo este autor a Economia Solidária hoje, seria um novo capítulo da chamada Economia Social que teve um considerável crescimento em todo o mundo após a década de 1980 (Gaigner, 2009). Para ele a solidariedade retorna ao campo económico como resposta as crescentes desigualdades e urgentes desafios criados pelo modo de produção capitalista. Considera ainda a Economia Solidária uma avanço perante a Economia Social nos moldes do século XIX, quando esta era uma resposta clara ao contexto de turbulência social em que se encontrava a classe trabalhadora com a herança da chamada Revolução Industrial e seus desafios correlatos.

A Economia Social se opunha ao primado do mercado através das práticas de ajuda mútua presentes nas cooperativas, e associações de ajuda mútua, no entanto esta começaria a não dar conta dos novos desafios advindo no século XX com o crescimentos das desigualdades sociais. “A medida que o mercado e o Estado foram assumindo suas funções de geração de riqueza e de assistência social, a solidariedade de tipo associativo recuou para um papel subsidiário.” (Gaigner, 2009 : p. 83)

Muito embora teoricamente a Economia Solidária possa ser apresentada muitas vezes, por este e outros autores, de forma bastante otimista, como uma alternativa que põe em cheque o modo capitalista de produção, a pretensão do presente trabalho é de nos atermos a uma experiência particular, qual seja, aquela por que passam as trabalhadoras da SOLIART, seus alcances e limites como experiência de geração de renda limitados ao contexto da comunidade a que pertencem. O optimismo revelado nas falas dos entrevistados, expostos mais adiante, revela a particularidade da experiência aqui analisada.

Concordamos com Namorado quando este afirma que “a economia solidária está geneticamente vocacionada para o curto prazo” O que não impede de a pensarmos

---

como uma alternativa que ao capitalismo tal como ele se apresenta na contemporaneidade, segundo Namorado a economia solidária surge no capitalismo mas obedece a uma lógica diferente, não agindo como mais um de seus instrumentos. Sua ambição está em sobreviver praticando lógicas diferentes das práticas reinantes de funcionamento do capitalismo, nesse sentido Namorado afirma que “a economia solidária tem os pés bem assentes no presente, mas a cabeça aberta ao futuro.” (Namorado, 2009: p. 69). Nesse sentido a economia solidária, enquanto proposta presente em diversos países, terá sua dinâmica local directamente vinculada a realidade das iniciativas locais dos diversos empreendimentos assim denominados.

Mais um exemplo desse optimismo teórico que cerca a Economia Solidária no Brasil pode ser expresso nas palavras do Prof. Paul Singer, um dos principais teóricos acerca da Economia Solidária no Brasil e actual presidente da **Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES**, vinculada ao Ministério do Trabalho e do Emprego, criada em 2003 pelo actual presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, ainda no seu primeiro mandato presidencial. Quando perguntado se a Economia Solidária possuiria um carácter revolucionário, Prof. Paul Singer afirma que:

“Tem, porque é uma economia completamente oposta à capitalista em todos os aspectos importantes. Une-se capital ao trabalho, que é o que o capitalismo separa. E isso dá ao trabalhador uma situação totalmente diferente. O assalariado é um trabalhador sem poder nem responsabilidade, por definição legal. Se a empresa vai mal, ele não sofre nada. Se vai bem, tampouco. Tem direito ao salário. Na Economia Solidária é ao revés, o trabalhador tem responsabilidade, não individual, mas colectivo. Ele é por todos os pontos de vista, um participante activo, com poder e responsabilidade. Há uma emancipação, uma desalienação”.<sup>8</sup>

Apesar de reconhecer como um dos factores para o impulsionamento da Economia Solidária no Brasil ter sido o “agravamento do desemprego e da exclusão

---

<sup>8</sup> Extraído da pasta do site da SOLIDU, intitulada: “Documentos”.  
[http://solidu.files.wordpress.com/2007/12/economia\\_solidaria\\_emancipacao.pdf](http://solidu.files.wordpress.com/2007/12/economia_solidaria_emancipacao.pdf)



social” desde os anos 1980, Paul Singer (2004) considera que sua força de expansão está para além da demanda daqueles a quem ele chama de “vítimas da crise”, mas sim no fato da Economia Solidária estar se difundindo enquanto potencial de “tecnologia social, económica e jurídica.” (Singer, 2004 : p. 105).

Um outro traço importante de ser sublinhado no caso das iniciativas inclusas na chamada Economia Solidária, é o carácter heterogéneo dessas iniciativas espalhadas por todo o Brasil e que tem dentre seus principais objectivos o bem-estar da comunidade. Os indivíduos que delas participam fazem uma opção não apenas por uma alternativa uma nova forma de produção, mas buscam novas formas de organizar a vida em comunidade, onde são engendrados novos laços de solidariedade. Conforme Arruda (1999) nos afirma que a “construção de empreendimentos económicos – sociais e públicos – são também comunidade humanas, ligadas pela busca do bem-estar próprio e dos outros ao mesmo tempo, pelo apoio e serviço recíprocos. Incorporação da mais ampla diversidade de ocupações, segundo o desejo e o prazer de cada um, de modo que o trabalho se torne a combinação de resposta a necessidades de prazer, autoexpressão, realização de si para os outros.”

Nas palavras de uma das entrevistadas da SOLIDU para o presente estudo, assim é definida a Economia Solidária enquanto experiência de mobilização colectiva:

“A Economia Solidária eu vejo hoje assim: tudo o que você vai fazer você pensa no outro, no bem-estar das pessoas. Você aprende a dividir, tanto o espaço como o que vier você aprende a dividir. E também saber as necessidades do outro e não querer só para si. Você divide... se for alegria você divide, se for a tristeza você também divide. Você aprende a dividir tudo, entendeu? E isso é muito bom porque você não pode viver só no seu mundo fechado só para você. Você tem que ser liberta. A Economia Solidária é ser liberta. É você dividir, aprender e passar. É dividir saberes também.”

É de igual importância levar-se em conta que para além da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, criada em 2003 pelo Governo Federal, está entre uma das mais relevantes iniciativas institucionais que impulsiona o crescimento das iniciativas dos empreendimentos solidários. Outras iniciativas por parte dos governos nas diversas instâncias, municipais e estaduais, no Brasil surgiram e se ampliaram ao longo dos últimos anos, sobretudo na administração das cidades de eleitos ditos de esquerda e centro-esquerda.

É possível lê-se no próprio site do Ministério de Trabalho e do Emprego uma justificativa social e política para a criação da SENAES:

“Em junho de 2003, o Congresso Nacional aprovou projeto de lei do presidente Lula, criando no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Reconheceu dessa forma o Estado brasileiro um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos 1980. A desindustrialização, suscitando a perda de milhões de postos de trabalho, a abertura do mercado acirrando a competição global e o desassalariamento em massa, o desemprego maciço e de longa duração causando a precarização das relações de trabalho — tudo isso vem afetando grande número de países. Como defesa contra a exclusão social e a queda na indigência, as vítimas da crise buscam sua inserção na produção social através de variadas formas de trabalho autônomo, individuais e coletivas. Quando coletivas, elas optam, quase sempre, pela autogestão, ou seja, pela administração participativa, democrática, dos empreendimentos. São estes os que constituem a Economia Solidária.”<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Extraído do site do MTE, texto assinado pelo Ministro da SENAES, Prof. Paul Singer.  
[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf\\_textopaulsinger.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_textopaulsinger.pdf)  
Acessado em 15/06/2009.

Uma das iniciativas de grande monta da SENAES foi o Primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária, que agregou informações de 15 mil empreendimentos baseados na Economia Solidária, nos 27 estados que integram a Federação. Segundo o Prof. Luís Inácio Gaiger, e um dos coordenadores da pesquisa, foram listados em torno de 15 empreendimentos que teve como produto final a formação de um Banco de Dados sobre a Economia Solidária no Brasil, ao longo dos anos 2003 e 2005.

Como resultado exploratório desse Banco de Dados, foi lançado no ano de 2005 o “Atlas da Economia Solidária no Brasil, primeira apresentação mais geral das informações colhidas no mapeamento, é uma contribuição para a consolidação desta ação feita em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, no sentido de fortalecer este segmento económico, dando-lhe mais reconhecimento e tornando visível seu perfil, abrangência e potencialidades”, conforme lê-se no site do Ministério do Trabalho e do Emprego onde o mesmo se encontra disponível. Um dado que esse mapeamento veio a confirmar foi o facto de mais de 87% dos Empreendimentos Económicos Solidários (EES – assim denominados por este levantamento), serem posteriores ao ano de 1990.

A SOLIDU, também se beneficiou directamente desse contexto político, pois a administração da cidade de Fortaleza, é dirigida pela Prefeita Luizianne Lins, desde o ano de 2005, tendo sido reeleita para nova gestão desde 2009, pertencendo ao Partido dos Trabalhadores – PT, mesmo partido do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, o que explica em parte os fomentos recebidos por esta instituição, conforme nos informa uma das entrevistadas:

“Os dois principais apoios que a gente tem são da Prefeitura e do BNB (Banco do Nordeste do Brasil). São os dois apoios que a gente teve. Inclusive o primeiro apoio foi da Prefeitura em 2007 que com o recurso a gente comprou 4 máquinas de costura. E a gente costurava nessas 4. Aí outra foi agora em 2008, com o BNB, a gente comprou mais 6. Então

a gente tem 10 máquinas. Foi um projecto que deixamos na Prefeitura e foi aprovado. Aí esse projecto rendeu a gente as máquinas e a parte de escritório: armário, computador, uma birô, uma mesa de corte e uma máquina de corte.”

Um exemplo desse facto é ilustrado pela Central Única dos Trabalhadores - CUT, principal central sindical brasileira, que juntamente com o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconómicos) e a Fundação Unitrabalho criou a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS-CUT), no ano de 1999, uma ONG para o fomento e articulação de iniciativas baseadas em Economia Solidária, promovendo dentre outras acções a formação profissional, incentivo ao crédito e a promoção de redes de negócios.<sup>10</sup>

Diante deste resumido panorama acerca da actual situação da Economia Solidária no Brasil agora nos aproximaremos mais propriamente do objecto de estudo da presente pesquisa que é a SOLIARD, ou seja, um dos projectos levados a cabo pela Associação Granja Portugal Solidária – SOLIDU, localizada no bairro Granja Portugal, um dos cinco bairros que integram o GBJ. A ênfase será dada às falas dos entrevistados que se pretendem protagonistas e beneficiários de um saber em construção na luta por alternativas de melhores condições de vida e de renda para seu público-alvo. Abaixo segue a definição do que vem a ser a SOLIDU nas palavras de uma das entrevistadas e também fundadora da Associação:

“Há 9 anos que a gente começou essa batalha de economia solidária. No ano de 1999. Porque começou com um curso de economia solidária e a partir desse curso a gente reuniu cinco pessoas e começou a trabalhar o grupo e foi cada dia aumentando mais gente. A gente fazia almofada, fazia tapete, vendia... e aí começou. E aquilo a gente foi gostando e

---

<sup>10</sup> Extraído do Artigo: As condições históricas do aparecimento da “economia solidária” no Brasil: As tendências estruturais do mercado de trabalho. De autoria de Antônio Carlos Martins da Cruz.

[http://www.pfilosofia.xpg.com.br/08\\_economia\\_solidaria/20050216a.htm/](http://www.pfilosofia.xpg.com.br/08_economia_solidaria/20050216a.htm/) Acesso em 25/05/2009.

grupo foi aumentando e hoje estamos aqui com esse grupo que já está bem longe. A SOLIDU é um espaço que nós temos aqui, que já abriga agora 19 pessoas trabalhando. Nós temos a SOLIART, que é o grupo produtivo e a SOLIDU é a instituição. A SOLIART é dentro da SOLIDU. SOLIDU é nome da Associação que a gente registou. A maioria das mulheres já trabalhavam em casa, elas já tinha a sua renda já trabalhando, costurava, a maioria era costureira. E no grupo a gente criou a ideia da gente se fortalecer uma na outra. Porque trabalhar só é muito difícil e no grupo a gente achou que ia ser mais forte, porque a gente vinha para cá e todo mundo trabalhava num só produto, então ficava mais fácil para vender”



**Foto 4: Trabalhadora em plena actividade na sede da SOLIDU.**

Pode-se definir o empreendimento SOLIDART, o projecto aqui analisado, pertencente à SOLIDU, como sendo um empreendimento característico de uma empresa solidária, nos moldes em que o compreende Singer (2004), que classifica a

cooperativa de produção como a modalidade básica da Economia Solidária, sendo em sua maioria composto por mulheres. Tratando-se pois de um empreendimento pertencente aos trabalhadores, onde não há o lucro, quantificado na forma da forma “tradicional” em uma empresa capitalista, que seria a receita distribuída em proporção às contas de capital investido. E também onde não há uma divisão entre capital e trabalho.

Concordamos com Dowbor, quando este afirma que “é importante, além do apoio em dinheiro aos mais pobres, gerar um fluxo de renda através de actividades que organizem os desempregados em frentes de trabalho, dinamizando a economia no seu conjunto, ao mesmo tempo em que desenvolvem as infra-estruturas e a produtividade sistémica das economias locais.” (p.67) Para este autor o Brasil acumulou uma significativa experiência de organização participativa ao longo das últimas décadas, e a fragilidade estaria no mau aproveitamento e na dispersão dessas experiências. Nesse sentido é de fundamental importância o protagonismo da população civil organizada que busca localmente soluções para a geração de renda que os estados não conseguem dar conta e tão pouco o mercado em sua complexa lógica excludente aponta soluções imediatas.

Muito embora no decorrer desta pesquisa ainda não havia se dado a legalização jurídica enquanto cooperativa, pode-se afirmar que a SOLIART funciona enquanto tal, tendo igualmente característica de cooperativa de produção e comercialização, sendo a produção sobretudo individual, conforme se observa nas palavras de uma das entrevistadas,

“Esse grupo SOLIART a gente está trabalhando para que ele seja uma cooperativa, uma cooperativa de mulheres da Economia Solidária. Então a gente está todo nesse processo de organização para formar a Cooperativa. Somos 19 mulheres<sup>11</sup>, mas a gente vai ter que pegar mais uma para fazer as vinte. É uma

---

<sup>11</sup> A legislação em vigor no Brasil estabelece em 20 (vinte) associados o número mínimo para registro de uma cooperativa.

cooperativa de costura e artesanato. (...)Tem meses que o ganho chega a um salário.<sup>12</sup> Dependendo. Talvez passe, talvez diminua. Isso é muito relativo, depende do que a gente produza.”

Observamos que diante de uma realidade do mercado de trabalho que passa por profundas transformações e que penaliza sobremaneira as populações carentes de um modo geral, muito embora as críticas à Economia Solidária, enquanto instrumento de mudança, possa ser considerada esta ainda muito frágil perante essas complexas mudanças em curso, a resposta real e cotidiana à essas críticas é dada pela população carente que tem que enfrentar no dia-a-dia problemas graves como o desemprego e a fome.

Diante dessa realidade as críticas que lhe possam ser feitas se fragilizam mediante os êxitos de alguns empreendimentos baseados na Economia Solidária.

---

<sup>12</sup> O Salário Mínimo no Brasil, estipulado pelo Governo Federal, passou a ser de R\$ 465,00 desde Fevereiro de 2009. Actualmente torno de 150,00 euros aproximadamente.

### CAPITULO III

#### **SOLIART – CONFECCIONANDO COM ARTE E SOLIDARIEDADE: MULHERES GERANDO RENDA ATRAVÉS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.**



Foto 5: Cartaz feito de tecido pelas trabalhadoras do Projecto SOLIAT, usado em eventos públicos.



O economista Muhammad Yunus, idealizador do Grameen Bank (2001), ao relatar a experiência desse banco (banco do mundo especializado em micro crédito situado em Bangladesh, concebido em 1976) em sua opção por conceder micro crédito prioritariamente (97%) a mulheres para o gerenciamento de pequenos empreendimentos de geração de renda, o economista afirma que essa opção deve-se ao facto da mulher utilizar sua renda para beneficiar primeiramente o conjunto dos membros da família. Segundo ele “quando um pai começa a aumentar sua renda, ele primeiro se ocupa de si mesmo.” E pergunta-se, “Nessas condições, por que o Grameen confiaria nos homens?”. Ao tratar da questão da fome e da pobreza, Yunus afirma que

“a fome e a pobreza são mais questão das mulheres que dos homens. As mulheres são mais intensamente tocadas que os homens pela fome e a pobreza. Se um dos membros da família deve sofrer fome, tacitamente se admite que será a mãe. É ela que passa pela experiência traumatizante de não poder amamentar o filho durante os dias de fome e penúria.” (Yunus, 2001 : p.117)

Para além dos problemas do combate a pobreza, que as mulheres beneficiárias do micro crédito do Grameen Bank enfrentam, têm que lidar também com a resistência cultural nessa sociedade, por parte dos maridos, que reivindicavam para si a concessão dos empréstimos quando do aparecimento do Grameen. Apesar disso o Grameen Bank é hoje considerado uma experiência de sucesso na luta contra a pobreza tendo ganho o Prêmio Nobel da Paz do ano de 2006, juntamente com seu idealizador, Muhammad Yunus. Deve-se sobretudo à sua persistência na luta contra a erradicação da pobreza. Nas palavras do próprio Yunus a experiência do Grameen “deu-me uma fé inabalável na criatividade dos seres humanos. Ela me fez concluir que eles não nascem para padecer com a fome e a miséria. Se estas os fazem sofrer em nossos dias, como aconteceu no passado, é porque desviamos os olhos do problema.” (Yunus, 2001 : p. 9)

Muito embora estejamos tratando de uma outra realidade, económica e culturalmente diferentes, as mulheres que integram o projecto SOLIART também enfrentam inúmeras adversidades para levar a cabo seus objectivos, sendo um dos desafios a relação com os maridos e o restante de suas famílias, e a forma como estes se posicionam diante das actividades por elas empreendidas, o que podemos observar mais claramente nas falas de algumas das entrevistadas:

“A maioria das mulheres daqui são assim, que viviam em casa, que o marido não deixa sair, que o marido... Graças a Deus, eu tive muita sorte com meu marido. Meu marido nunca ele me atrapalhou, muito pelo contrário, ele me dá força. Às vezes ele quer que eu fique em casa, mas ele mesmo fala que depois que eu comecei a participara das coisas minhas eu sou outra pessoa. E assim... tem muito homem que não entende. Tem muito homem que acha que a mulher vem para cá para sair de casa porque não quer ficar em casa, que aqui não se ganha dinheiro. Porque muito só querem ver o dinheiro. E não é assim. Porque aqui não se visa só o dinheiro. Aqui a gente visa mesmo aquele bem-estar, de não ficar pensando só besteiras, ou de ficar em casa só falando da vida dos outros, ou de ficar nas calçadas com as outras mulheres falando da vida de quem vai e de quem vem.”

“Minha família não atrapalhar jamais. E ajuda porque apoia, porque acredita que isso aqui para nós é um sonho. Todos nós temos isso aqui como um sonho. Então a minha família acredita junto comigo. Minha mãe apoia. Eu tenho um filho de 27 anos que é casado e mora ali perto também aí ele está sempre junto comigo. Quando tem reuniões ele me pergunta: - “E aí mãe como foi lá? O quê que resolveram?” Então, atrapalhar não atrapalha. Só contribui.”

“E a gente tem vários amigos, como o Eudes Xavier, que é deputado federal, e o Ronivaldo que é vereador, e eles costumam dizer que se não fossem as mulheres, essas ong’s, esses grupos produtivos nem existiriam. Porque são as mulheres que levam para frente, que elas acreditam, que elas lutam. Aqui mesmo a gente diz assim: “Ah, mas se eu disser para o meu marido que esse mês eu não ganhei nada.” Ai tem outra que diz, “mas nem tudo a gente precisa dizer para o marido”, e de facto é. Para nós mulheres levar grupo produtivo para frente, nem tudo pode se dizer para o marido. Eu como não tenho aí não tenho problema.” (risos)

Para Ferreira, as pressões exercidas pela família perante as mulheres para que estas participem activamente na gerência do âmbito familiar são muito fortes, e são portanto a origem de muitos conflitos aos quais elas se debatem, bem diferente do que acontece com os homens, sobre os quais a pressão para o exercício profissional é maior e sendo este menos exigido na organização familiar. Segundo Ferreira,

“Uma vez introduzida a dimensão sexual da identidade, poderemos, legitimamente, aplicar o mesmo raciocínio às mulheres, imersas numa sociedade dominada por valores como a autonomia e uma ética dos direitos, enquanto as exigências sociais que lhes são feitas se encontram mais próximas de uma ética de cuidados e de valores como a solidariedade.” (p. 347)

Observemos o depoimento dessa integrante da SOLIDART quando indagada sobre o comportamento da família diante do seu engajamento nesse projecto e as mudanças sofridas em sua subjectividade a partir dessa participação:

“A família não ajuda no meu trabalho mas também não atrapalham porque na minha casa é assim, cada um faz o que gosta. Eu não atrapalho elas na vida delas e nem elas a minha. O meu esposo é que não gosta muito. Por ele eu ficava em casa. Mas assim isso não me atrapalha. Ele disse que se eu ficasse em casa trabalhando eu ganhava muito mais. (risos) Mas para mim não é só ganhar muito mais entendeu? Tem coisas que as pessoas não entendem. Ele não entende, mas a gente vai vivendo.”

“A principal mudança que aconteceu comigo na SOLIDU, como é que eu posso dizer? É que antes eu era uma pessoa muito tímida e hoje eu já consigo me soltar. E antes, ave Maria, se eu fosse falar com você eu tremia. (...) Hoje eu já consigo falar, já consigo me soltar e antes não. Parece assim que eu tinha uma barreira que eu não conseguia falar. Se eu ia falar pra mim... eu me tremia, a minha voz não saía. E hoje não eu consigo me soltar. Para mim foi um grande treino.”

É na troca de experiência do dia-a-dia, no activo engajamento pela construção e sucesso do Projecto SOLIART que essas mulheres rompem com a “racionalidade individualista,” que segundo Estanque predominou nos séculos XIX e XX, enfrentando inclusive os preconceitos embutidos nas relações de género. E é a partir da troca de de experiências no seio do engajamento colectivo que conseguem fortalecer o empreendimento a que se propuseram e exercer activamente sua participação por mudanças nas relações instituídas no seio da família e por conseguinte, no estado.

O exercício da cidadania efectiva, que vai além da participação em momentos de eleições, deve se dar de forma a superar os meios cristalizados de participação em uma democracia representativa que muitas vezes não representa efectivamente os anseios por questões urgentes de sobrevivência das populações mais pobres. Nesse sentido, uma Associação como a SOLIDU, localizada num dos bairros mais pobres da cidade de Fortaleza, e que abriga outros projectos além do Projecto SOLIART, impõe aos seus integrantes, além da participação no dia-a-dia da Associação, a lidar com agências de governos, secretarias, ong’s e demais parceiros que venham a contribuir com sua sobrevivência enquanto instituição.

Essa actividade política própria de instituições da sociedade civil organizada induz a seus membros a criação de um exercício da cidadania bastante actuante, pois dele depende a continuidade e sobrevivência da Associação e os êxitos de suas experiências. Eis o relato de uma das entrevistadas onde podemos observar um activa participação no processo de construção e solidificação da Associação SOLIDU:

“Eu tenho 6 anos de SOLIDU activamente. A SOLIDU, ela começou em 1999, eu ainda não estava nessa época mas tinham umas mulheres assim muito afoitas, como a gente diz, que quiseram fazer este grupo. E de lá para cá ela só cresceu, com mais envolvimento de pessoas e aí passou a participar de feiras e aí depois a própria SOLIDU ficou fazendo as feiras locais e aí foi crescendo cada vez mais a gente foi ficando conhecida.”

“Aí eu cheguei e também comecei a partir de uma feira que eu participei no bairro aqui vizinho, que é o Cearazinho, e aí eu acompanhei o pessoal que já estava. Depois eu fui a coordenadora de 2005 até Março de 2008, eu fui a coordenadora. Aí continuamos, levamos para frente e formou-se também do grupo produtivo. Aí a gente viu que não era mais só a instituição. A gente viu que a gente tinha que ter um grupo produtivo, um grupo de mulheres. Com isso a gente fez um projecto para a Prefeitura e aí nasceu a SOLIART, que é essa produção que a gente tem aqui hoje. E aí a gente conseguiu comprar 5 máquinas com o primeiro projecto. E aí nós agregamos mais mulheres, demos grupos de capacitação, formamos mais pessoas, tanto na Economia Solidária como profissional mesmo e aí foi crescendo, crescendo, crescendo. (...) Na minha gestão (como coordenadora) eu trouxe o Casa Bela (projecto já encerrado), que foi um projecto da Prefeitura, que ajudou 22 famílias a fazer algum tipo de reforma em suas casas.”

Ao tratar da questão da “democracia representativa e participativa” Estanque (2007), propõe que:

“Perante o evidente desgaste, senão mesmo a crescente exaustão dos regimes democráticos formais, é cada vez mais urgente que a cidadania cívica e política se projecte numa nova dimensão, o que exige a reinvenção de novas formas e mecanismos dos direitos cívicos e políticos, do mesmo modo que requer novas concepções de construção da cidadania e da esfera pública democrática.” (Estanque, 2007: p. 79).

O importante seria pois tentar uma recuperação das acções dos sujeitos de forma a romper com um individualismo reinante que está directamente vinculado a ordem consumista do capitalismo. Nas palavras de Sennett (2007), há um desaparecimento do social ocorrido com as transformações do mundo do trabalho dos últimos anos, pois o que a princípio pode parecer compensador enquanto uma suposta liberdade de acção através das chamadas relações flexíveis, a longo prazo o que se sobressai é a insatisfação e o isolamento, ou seja, o social diminui e o capitalismo permanece. Para Sennett, a desigualdade está estreitamente relacionada com o isolamento. É no sentido de minorar essa racionalidade moderna produzida pelo capitalismo, discutida por Estanque (2007), que a economia solidária aponta para um caminho de sair do isolamento enquanto trabalhador que é imposto pela “cultura do novo capitalismo” (Sennett, 2007), mais claramente exposta na fala de uma das entrevistadas:

“Minha filha com isso aí eu aprendi tanto. Por que eu achei tão importante a gente pensar assim “nos princípios da economia solidária”. Por que quando a pessoa tem ali na mente o que é a economia solidária é uma transformação. E depois que a pessoa se encanta e passa a conhecer ela não deixa mais. Porque é totalmente diferente. A gente tem uma outra visão. Tem assim uma dimensão maior do que é as coisas. Parece até que os problemas a gente resolve bem mais com facilidade. Por que como a gente trabalha em grupo aí tudo é mais fácil. Se vier um sofrimento, um problema grande são várias pessoas para se

resolver. E quando a gente é sozinha aí você sofre ali sozinha, você tenta resolver. E na economia solidária não. Se eu tiver aqui com um grande problema na SOLIDART eu posso recorrer a outros grupos que existem. Então a gente nunca está só.”

Portanto, a meu ver, essas mulheres estão construindo e exercendo activamente sua cidadania em uma esfera democrática. O que passa necessária com o sair do seio familiar e engajar-se na comunidade protagonizando mudanças das quais elas próprias, não somente a comunidade, serão as principais beneficiadas dessa processo. Forjam uma nova identidade para si e para a comunidade, cujas manchetes dos jornais são sempre vinculadas ao noticiário que trata da violência urbana generalizada e falta de perspectivas, levando muitos de seus moradores, por conta disso, a terem dificuldades em encontrar empregos na economia formal ao informarem que são moradores do Grande Bom Jardim.

Para Giddens (1994) vivemos em um mundo onde o que impera são os riscos e incertezas de diversas ordens. Se por um lado o desenvolvimento das instituições sociais modernas possibilitou aos seres humanos uma escala maior de experiências e oportunidades, expressa sobretudo na liberdade de expressão, desenvolvimento tecnológico e criação em diversos campos, seja na sexualidade, seja na arte em geral, por outro lado fomos legados a um ambiente perturbador na medida em que o que parece estar diante de nós se configura como um “mundo fugidio”. Para este autor o aumento da intervenção e do conhecimento humano está directamente conectado a uma imprevisibilidade. O que aumenta ainda mais, a meu ver, a importância da inserção do indivíduo no grupo, ou na comunidade, que o faça sentir menos isolado diante de um futuro incerto. Nesse sentido o crescimento pessoal deixa de ser tão somente medido pelo ganho financeiro e passa a ser também sentido na satisfação na realização de suas actividades, das quais o trabalho tem um papel bastante central. Conforme Giddens:

“Como afirma os proponentes da “ecologia profunda” um distanciamento em relação à acumulação econômica poderá envolver a substituição dos processos econômicos de crescimento ilimitado pelo crescimento pessoal – o cultivo das potencialidades de auto-expressão e criatividade. O projeto reflexivo do eu pode portanto ser o próprio eixo de uma transição para uma ordem global para além da atual” (p.205). “Na modernidade tardia, o acesso aos meios de auto-realização torna-se em si mesmo um dos focos dominantes da divisão de classes e da distribuição das desigualdades em geral. (Giddens, 2002 : p. 205/209)

Essa questão da violência urbana é uma outra realidade enfrentada de perto pelas mulheres integrantes da SOLIDU, e vinculadas ao projecto SOLIART. Conforme o relato a seguir de uma entrevistada um outro projecto que se encontrava em andamento teve que ser suspenso por conta da violência urbana. O Projecto chamado de Banco Rio Sol, se propunha a realizar empréstimos nos moldes do micro-crédito:

“O BANCO RIO SOL, que é também outro projecto da SOLIDU, que no momento a gente está com ele meio que parado por conta de uns assaltos que houve. Mas a gente tá reabrindo em Julho. É como se fosse uma filial do Banco Palmas, mas é o Banco Palmas junto com a Prefeitura, aí formou o Rio Sol, mas aconteceu os assaltos. Estava indo muito bem, mas aconteceu os assaltos e a gente ficou preocupada porque aqui só trabalha só mulheres... e quando a gente se deparava com arma na nossa cabeça. Aí ficou muito difícil. Eles vinham, passavam por dentro, porque o banco é aí do lado, um ficava com a gente nas máquinas e o outro ia. Eles entravam como pessoas normais, mas quando chegavam era que anunciavam o assalto.”



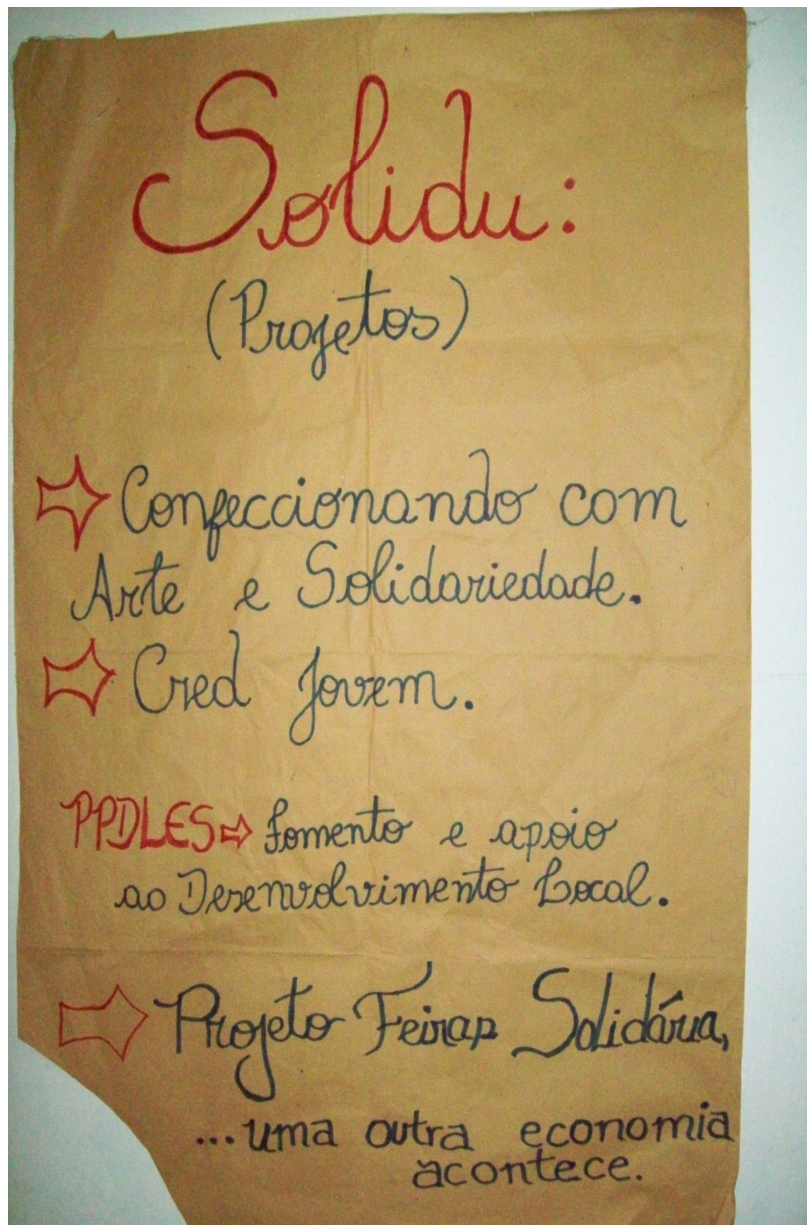


Foto 6: Cartaz exposto na sede da SOLIDU.

No caso do Bairro Granja Portugal, onde está localizada a SOLIDU, sendo a mesma realidade semelhante para os demais bairros que integram o GBJ, a violência urbana é demarca territórios e espaços de sociabilidade com que se deparam no dia-a-dia seus moradores: lugares perigosos onde não se deve transitar, horários que se deve evitar caminhar sozinho pelas ruas etc.

Mas ainda assim, mesmo diante desse contexto urbano violento, ao avaliarmos mais de perto o êxito ou fracasso de uma experiência alternativa de geração de renda, é

preciso que estejamos sempre atentos para que não caiamos no reducionismo de perceber a realidade tão somente por uma vertente única. Se por um lado os laços de confiança são fragmentados por conta de um quotidiano violento, por outro lado, no factor trabalho essas mulheres Conforme nos alerta Santos (2004) na sua Tese 8, sobre as Alternativas de Produção:

“Os critérios para avaliar o êxito ou o fracasso das alternativas económicas devem ser gradualistas e inclusivos. Num tempo de hegemonia do capitalismo global é fácil assumir posições desesperançadas ou cínicas relativamente a qualquer alternativa. O pessimismo apodera-se com facilidade das mentes impacientes e a ausência de uma ruptura radical com o status quo gera cepticismo perante qualquer alternativa gradual ou local.” (Santos, 2004: p. 61)

Segundo este autor é preciso estar atento ao fundamental, aquilo a que ele dá o nome de “paciência da utopia, de que se nutre o pensamento e as acções de quem procura alternativas económicas é infinita” (Santos, 2004: p. 61). O critério de avaliação de alternativas de geração de renda, que sobrevivem e crescem apesar da hegemonia neoliberal, deve levar em conta os ganhos “para quem nelas participa”, ganhos efectivos em qualidade de vida, auto-estima e participação na comunidade, inclusive sua capacidade de sustentar um optimismo que longe de ser ingénua muda na prática as relações e condições de vida de quem delas participa. Para os verdadeiros sujeitos activos nos processos de geração de renda alternativos os ganhos não se limitam aos rendimentos advindos de seus empreendimentos mas, também traz ganhos de exercício democrático da cidadania e da realização subjectiva advinda do prazer oriundo do trabalho, conforme veremos abaixo na fala de uma das entrevistadas:

“Aqui na SOLIDU nós somos funcionários e somos os donos. E por carteira assinada você tem hora... é a grande diferença. Você ia ter aquele compromisso de chegar lá naquela hora, trabalhar as 8 horas de trabalho e não faltar e não puder faltar e ser descontado. E aqui não. Você ganha pelo que você trabalha. Se você faz... lógico que todo mundo tem um compromisso de uma hora para entrar e uma hora para

sair. Se a gente tem a hora de entrar a gente tem a hora de sair. E a gente trabalhar de carteira assinada é um... bom, eu já tive essa experiência. É um dinheiro que você recebe todo mês mas é um dinheiro que você recebe sofrido em termos de humilhação. Não sei nem como te falar, mas eu não trocava minha vida de hoje pela vida de antes. Eu não trocava. Por menos que eu receba, mas eu não trocava.”



**Foto 7: Uma das entrevistadas mostrando peça confeccionada pela SOLIART.**



**Foto 8: Artigos produzidos pela SOLIDART.**

“Acho muito importante a participação das mulheres no mercado de trabalho sim. Porque a mulher hoje não pode ser só a dona de casa. Acho que a mulher tem que buscar o trabalho dela lá fora. Até também uma forma de sair um pouco de casa e conhecer coisas diferentes, pessoas diferentes, trabalhos diferentes. Eu acho assim que é muito importante. A mulher, ela tem que buscar o trabalho dela lá fora. Além de dona de casa ela tem que trabalhar também para ter seu status.”

“Quantas mulheres aqui que ficam até as 11 horas, quando chegam em casa vão fazer o almoço porque tem filho, tem o marido, tem isso tem aquilo. E se elas fosse para o mercado formal? Ai quer dizer, não tinha como. É diferente de você pegar uma dona de casa que sai de manhã e chega à noite e chega com mil problemas, com filho, com tudo, do que uma pessoa que está num grupo solidário, um grupo de economia solidária. É diferente, pois elas são donas do próprio negócio, elas tem livre acesso as opiniões, elas podem abrir a boca e reclamar, reivindicar, fazer colocações, positivas ou negativas, que são aceitas. E quem trabalha no mercado formal muitas vezes não tem vez e nem voz. E aí eu acho que a Economia solidária ela é muito importante. Tem suprido esse lado da necessidade do emprego.”



**Foto 9: Máquinas de costura compradas com o apoio da Prefeitura de Fortaleza.**

Quando perguntada sobre se acha a Economia Solidária uma saída para a geração de renda das populações mais pobres as entrevistadas respondem com um optimismo próprio quem observa em suas vidas as efectivas mudanças oriundas dessa forma alternativa de geração de renda:

“A Economia Solidária está sendo já uma alternativa para o desemprego. Porque hoje emprego está muito difícil. Então todo mundo se vira como pode. E Economia Solidária é isso. É para você sair daquela miséria mesmo e trabalhar. Porque as pessoas hoje às vezes fazem Economia Solidária e às vezes nem percebe que é. Mas é muito importante a Economia Solidária para quem não tem outro emprego. Eu acho que é a sua porta de saída.”

“A economia solidária é uma alternativa para o desemprego. Porque aqui por exemplo, a gente tem casos de varias pessoas que dizem assim: - “ah, eu não aguento mais procurar emprego porque eu não encontro”. E quando encontra aí pedem experiência e ela não tem, pois é jovem e nunca trabalhou. Então a Economia Solidária é a solução para esses grupos.”

“A pessoa as vezes quando começa ela vê grandes dificuldades até no termo financeiro e pensa: - “Eu estou lá mas eu não vejo retorno”. Mas isso é assim, é uma temporada. Depois ela começa a ver a coisas e vê como é. Eu acredito assim... é um conselho meu, pessoal, que as pessoas que estão chegando nos grupos de economia solidária que elas perseverem. Pois é uma visão assim diferente. A gente tem uma outra maneira de viver. Eu considero que eu sou bem mais feliz hoje do que quando eu vivia no emprego. Porque eu não tenho patrão, eu sou dona de mim mesma. Se eu quiser vir para cá de manhã eu venho se eu não puder eu venho à tarde e assim a gente vai levando.”

Abaixo podemos observar na própria marca do marketing que representa SOLIDU, duas pessoas dando as mãos, demonstrando o objectivo maior desta associação, que seria construir conjuntamente melhores condições de vida para a população do bairro onde actua.



**Imagem: Marca da Associação Granja Portugal Solidária - SOLIDU.**

Para Hespanha “a relação entre o lado solidário e o lado empreendedor destas iniciativas explica-se pela necessidade de novas modalidades de associativismo num período marcado pela globalização económica, o sistema de cadeias produtivas e a crise do sistema de trabalho assalariado.” (Hespanha, 2009 : p. 61). Devemos levar em conta que a globalização económica atinge de forma diferenciada a realidade de diversos países. Portanto essa convergência de factores faz com que empreendimentos levados a cabo pelos protagonistas dessas experiências devam ser analisadas à luz de cada realidade local, o que não impede que experiências de sucesso não possam, e devam ser, multiplicadas e levadas para outros contextos económicos e produtivos, adaptando-se ao contexto social e histórico de cada comunidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da dinâmica do capitalismo actual percebe-se que a complexidade dos problemas enfrentados atingem não somente os governos dos estados nacionais, diante do desemprego crescente, mas atinge igualmente os movimentos sociais da actualidade, obrigando a ambos a encontrar soluções para tais problemas que não se vinculam mais a fórmulas economicistas próprias de um passado recente quando o desemprego era enfrentado tão somente através da luta pelo crescimento económico rumo a um progresso supostamente ilimitado.

Hoje o que está presente nas dinâmicas das agendas, não só de governos, mas também nas instituições que protagonizam a luta contra a pobreza e o desemprego, vai além da remuneração ou do salário justo como forma de recompensa pelo trabalho. Em meio a crise da sociedade salarial, há que se enfrentar questões urgentes e inadiáveis, e que andam de mãos dadas quando o assunto é a geração de emprego e renda, tais como: os desastres ambientais causados pela lógica protagonista do lucro por parte das empresas capitalistas, sobretudo nos países pobres cuja população é mais vulnerável diante do confronto com grandes grupos económicos, que muitas vezes tornam refém inclusive o próprio estado de onde se instalam; a diferença de remuneração entre as mesmas ocupações preenchidas por homens e mulheres; a transparência nas questões financeiras de gerenciamento dos recursos públicos; e também questões vinculadas a família, como o cuidado com os filhos e a responsabilidade do estado no fornecimento do serviço de creches; o avanço do trabalho precarizado e desregulamentado, que atinge sobretudo um crescente contingente feminino; a perda de ganhos e garantias jurídicas por parte dos trabalhadores, fruto de anos de luta por uma regulamentação justa do trabalho; novos e velhos racismos acrescidos pela escassez do emprego; o incremento do trabalho informal, crescente sobremaneira no sector de prestação de serviços, etc.



Enfim, são questões que muito embora algumas delas possam aparentar estar dissociadas entre si, mas na verdade estão todas vinculadas à centralidade do trabalho na vida humana. E é uma realidade presente e comum aos diversos países, muito embora sejam atingidos de forma diferenciada e detenham distintos instrumentos de combate aos problemas vinculados a crise do mercado de trabalho.

Dentro do contexto da actual economia brasileira, muito embora tenha sido tomadas algumas medidas de políticas públicas de combate ao desemprego pelo Governo Federal do Brasil, através do Ministério do Trabalho e do Emprego, tais como programas de treinamento, na qualificação ou requalificação de trabalhadores, incluindo-se inclusive entre essas medidas a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, é importante que se diga que tais medidas não conseguiram ser suficientes diante dos complexos problemas por que passa a sociedade salarial.

A Economia Solidária vem somar-se como uma das iniciativas de enfrentamentos desses problemas, sem pretender aquela que vai resolver todos os problemas advindos das novas configurações do mercado de trabalho. Trata-se portanto de iniciativas, protagonizadas sobretudo pela sociedade civil organizada, e agora mais recentemente com o apoio dos governos municipais e estaduais, no contexto brasileiro. Apoio esse efectivado de forma nacional com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência da República no ano de 2003.

No caso brasileiro as experiências vinculadas à Economia Solidária pretendem e buscam ser e enfrentar problemas urgentes e concretos de geração de renda para as populações mais pobres indo portanto além das discussões teóricas que polemizam suas atribuições nos bancos académicos, e das acaloradas discussões nas reuniões de deliberação das acções em grupos organizados em torno dela. Não sendo experiências hegemónicas quanto aos modelos de actuação e nem das realidades que enfrentam para sobreviverem no contexto nacional, uma vez que o Brasil é plural e diverso em contextos sócio-históricos inclusive no que diz respeito à geração e distribuição de renda.

A partir da análise da experiência da SOLIDU, em particular no projecto chamado SOLIART, conclui-se, sobretudo levando-se em conta as falas dos próprios sujeitos que lhe protagonizam, que um projecto baseado nos preceitos da Economia Solidária é capaz de trazer mudanças significativas, mas sobretudo nas formas de sociabilidade em um contexto local de exclusão social e urbana ao qual estão inseridos estes sujeitos, no presente caso, as mulheres vinculadas aos projecto SOLIART.

É preciso que se diga que tais mudanças são limitadas ao conjunto de seus actores, e por vezes estendido às suas famílias, muito embora a SOLIDU tenha a pretensão de actuação no bairro como um todo. Essas mudanças trazem o fortalecimento dos laços sociais, sobremaneira nas relações de vizinhança, produzem confiança e auto-estima para o combate local dos problemas que muitas vezes são meras consequências das desigualdades seculares provocadas pelo crescimento urbano desordenado, próprio do capitalismo tardio no contexto brasileiro.

Mas é preciso afirmar que existe um contexto de vulnerabilidade política no caso do projecto SOLIART, para além do universo das muitas vulnerabilidades geradas pela pobreza em si. No caso aqui pesquisado o projecto deu um significativo salto com o apoio da Prefeitura Municipal de Fortaleza e do Banco do Estado do Nordeste (BNB), seja na capacitação, seja na compra de que tem máquinas de costura, conforme nos informaram as trabalhadoras. Tanto a Prefeitura, quanto o BNB têm apoiado diversas iniciativas de geração de renda, sobretudo este último que tem uma actuação numa das regiões mais pobres do Brasil que é o Nordeste Brasileiro. Mas no caso da Prefeitura da Cidade de Fortaleza, há uma gestão, já no segundo mandato, também pertencente ao mesmo partido do actual presidente da República, que é o Partido dos Trabalhadores – PT. Igualmente o Banco do Nordeste do Brasil tem a sua gestão feita por um Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Prof. Dr. Roberto Smith, escolhido pela cúpula do Partido dos Trabalhadores, e também em seu segundo mandato a frente do BNB. Trata-se de alguém conhecidamente crítico em relação às acções implantadas em gestões anteriores a sua à frente deste banco. Tendo criado já linhas de crédito de geração de renda a populações mais carenciadas, estendidas a

todo o Nordeste brasileiro. Dito isto é preciso que levemos em conta que sendo o Partido dos Trabalhadores, o actual partido político na gestão nacional e também o actual partido na gestão municipal da cidade de Fortaleza, são inegavelmente mais sensíveis as demandas dos trabalhadores, em que pese todas as contradições e críticas que possam são feitas no exercício do jogo do poder. Uma vez que mudem essas gestões, e passem para as mãos dos outros dirigentes vinculados a outros partidos, não há uma garantia da continuidade de apoio a projectos baseados na Economia Solidária. O que torna o projecto SOLIDART, bem como os demais nessa linha ainda mais vulneráveis a continuar sobrevivendo.

Longe de serem apontados como uma proposta meramente financeira de saída da miséria, essas mulheres da classe pobre adquiriram, através da consolidação dos preceitos da Economia Solidária, a consciência de que enfrentam problemas de ordem bem maior, mas que no local onde vivem podem fazer a sua parte para diminuir e amenizar seu contexto de pobreza, violência urbana e desemprego.

Para finalizar gostaria de ilustrar os ganhos subjectivos oriundos de um projecto como o SOLIART, a nosso ver o mais relevante no presente contexto e capaz de mobilizar acções colectivas de mudanças, através da fala de uma das entrevistadas quando perguntada sobre o que diria para as pessoas que estão começando agora a entrar em contacto baseado na Economia Solidária:

“Diria que vá em frente. Que não desista. Que procure se informar melhor e trabalhar. Porque é muito bom. É muito contagioso. Quando você se contamina você não sai mais. É muito importante. Eu, para mim, é muito importante. Eu me contaminei. Eu acho que para mim só a morte para me tirar.”

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

\_\_\_\_\_ **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 8ª edição, 2002.

BASTOS, Raul Luis Assumpção. In **TRABALHO E TECNOLOGIA** : dicionário crítico / Antônio David Cattani (organizador). – Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.

BECK, Ulrich. **La precariedad del trabajo en la era de la globalización**. Barcelona: Paidós, 2000.

BURAWOY, Michael (2000), “**Grouding globalization**”, in M. Burawoy et al., Global Ethnography, pp. 337-350.

CARDOSO, Adalberto Moreira (2004), “**Desigualdade, injustiça e legitimidade: uma investigação empírica sobre os aspectos da sociabilidade brasileira**”, in Scalon, Celi (org.), *Imagens da Desigualdade*. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ, PP. 115-175.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário**. Rio de Janeiro. Editora Vozes, 1998.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CRUZ, T. C. da S (2006). “**Qual é o teu trabalho, mulher?**” **Mulheres Empreendedoras no contexto da Economia Popular Solidária**. Tese de doutorado em Sociologia. Brasília: Instituto de Ciências Sociais – Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

DOWBOR, Ladislau. **Redes de apoio ao desenvolvimento local: uma estratégia de inclusão produtiva.** In Novo momento para as comissões de emprego no Brasil? : Sobre as condições de participação e controle sociais no Sistema Público de Emprego em construção : Volume 2 / Roberto Veras de Oliveira (Org.). São Paulo: A + Comunicação, 2007.

ESTANQUE, Elísio. **A questão social e a democracia no início do século XXI: participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo em Portugal.** In Novo momento para as comissões de emprego no Brasil? : Sobre as condições de participação e controle sociais no Sistema Público de Emprego em construção : Volume 2 / Roberto Veras de Oliveira (Org.). São Paulo: A + Comunicação, 2007.

FERREIRA, V. C. 2004 - PhD in Sociology, **Gender and employment segregation: An analysis of the feminization of office work in Portugal,** University of Coimbra.

FITOUSSI, J-P & Rosanvallon (1997), “A nova era das desigualdades” in **A Nova Era das Desigualdades.** Oeiras: Celta, pp. 41-69.

GIGNER, Luiz Inácio. **Antecedentes e expressões actuais da economia solidária.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 84, 81-99.

\_\_\_\_\_. **A Economia Solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção não capitalista.** Revista Venezolana da Economia Social, Año 4, Nº 8, Diciembre 2004.

GAIGER, L. *et al.* (1999). “**A Economia Solidária no RS: viabilidade e perspectivas**”. Cadernos CEDOPE – Série Movimentos Sociais e Cultura, São Leopoldo, 15.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Indentidade.** Jorge Zahar Ed. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **A transformação da intimidade.** São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

GPDU (2004), **Diagnóstico Sócio Participativo do Grande Bom Jardim.** Fortaleza: Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano – Universidade Estadual do Ceará (GPDU/UECE).

HESPANHA, Pedro. **A metamorfose das economias populares**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 84, 49-63.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** – Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD/2005).

MANCE, Euclides A. **Costelação Solidarius, as fendas do capitalismo e sua superação sistêmica**. Passo Fundo, Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2008.

Mouro, Helena. **Solidariedade e Mutualismo: um espaço partilhado**; Quarteto Editora, Coimbra, 2001.

NAMORADO, Rui (2009). **Para uma economia solidária – a partir do caso Português**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 84, 65-80.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Uma crítica do capitalismo a partir das vítimas. Anais do Sem. Estadual: Assistência social hoje: Verso e reverso**; Cras, Fortaleza, 1991.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob Fogo Cruzado**. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

SANTIAGO, Girão Eduardo. **Empreender para sobreviver: ação econômica dos empreendedores de pequenos porte**. Série BNB, Teses e Dissertações / Banco do Nordeste do Brasil. Fortaleza, 2008.

SANTOS, Boaventura **Produzir para viver : os caminhos da produção não capitalista**. Porto : Edições Afrontamentos, 2004.

SDE – Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Fortaleza e o Emprego Formal**. Fortaleza, 2007.

SENNETT, Richard. **A Cultura do Novo Capitalismo**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2007

TEXTO: **Redução da pobreza, crescimento econômico e equilíbrio fiscal no Estado do Ceará: um Estudo do Banco Mundial**, 1999.

**TRABALHO E TECNOLOGIA : dicionário crítico** / Antônio David Cattani (organizador). – Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.

YUNUS, Muhammad. JOLIS. Alan. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Editora Ática, 2001.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro. F. Bastos, 2001, Revan, 2003.

## **ANEXOS**

### **Roteiro de entrevista para:**

### **SOLIDU (ORGANIZAÇÃO GRANJA PORTUGAL SOLIDÁRIA)**

- Nome completo.
  
- Se ela pode falar um pouco da SOLIDU (breve histórico).
  
- Como começou a participar? / - Quem a chamou para fazer parte da SOLIDU ?
  
- O que fazia antes de ingressar na SOLIDU?
  
- De que forma é organizada a produção das costureiras na SOLIDU ?
  
- O que é produzido? / - Quantas peças por mês? / - Para quem são vendidas? / - Quais as peças que têm mais saída? – Aproximadamente, em salário mínimo, quanto ganha por mês?
  
- O que significa a SOLIDU para o bairro Granja Portugal?
  
- Considera que a SOLIDU seja conhecida no bairro e demais Grande Bom Jardim?!



- O que significa para ela trabalhar na SOLIDU (afectivamente/financeiramente)?
  
- De que forma ela consegue conciliar trabalho e vida familiar ? / - De alguma forma a família ajuda ou atrapalha no trabalho desenvolvido?
  
- Em que mudou (interferiu) na relação familiar ter começado a trabalhar na SOLIDU ?
  
- O que considera a principal mudança causada pelo ingresso na SOLIDU?
  
- A SOLIDU participa das feiras de Economia Solidária? / - Quais ? / - Considera importante? / - Considera lucrativo?
  
- Como são tomadas as decisões na organização/produção da SOLIDU ?
  
- Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela SOLIDU ?
  
- Que soluções ela apontaria para enfrentar essas dificuldades ?
  
- Quais os apoios institucionais recebidos pela SOLIDU (Prefeitura / Governo Federal / BNB ... outros).
  
- Trocaria o trabalho na SOLIDU por um trabalho de carteira assinada (“estável”)?

- Contribui para o INSS de forma autônoma ? / – Pensa sobre isso? / - Acha importante?
  
- Participa de alguma Associação Comunitária no bairro, ou algum outro trabalho de cunho social ?
  
- Acha importante a participação das mulheres no mercado de trabalho?
  
- Se pudesse “optar” se dedicaria apenas ao trabalho doméstico?
  
- O que significa para ela trabalhar nos princípios da Economia Solidária ?
  
- Acha que a Economia Solidária pode ser uma alternativa para o desemprego?
  
- O que diria para as pessoas que estão começando agora a entrar em contacto com trabalho baseado na Economia Solidária?